

Campus

Fotos: JOÃO CARLOS FONTOURA



Vila Xavier, um lado da vida que a UnB não vê

Vila Xavier, pequena comunidade "descoberta" pelo Campus, ao lado da UnB. Os sonhos e sacrifícios de seus habitantes estão contados nas páginas 11 e 12. Mas, antes mesmo de sair a reportagem, o decanato de Extensão ficou sabendo da história da Vila e prometeu mobilizar alunos e professores para ajudarem os moradores a solucionarem os seus problemas, que não são poucos. A Vila aguarda.



Os pesadelos da UnB

Laboratório de 26 mil dólares encaixotado, falta de funcionários e matrícula caótica. Páginas 3 e 5.

Muitas fórmulas pouca saúde

LILIAN FONSECA

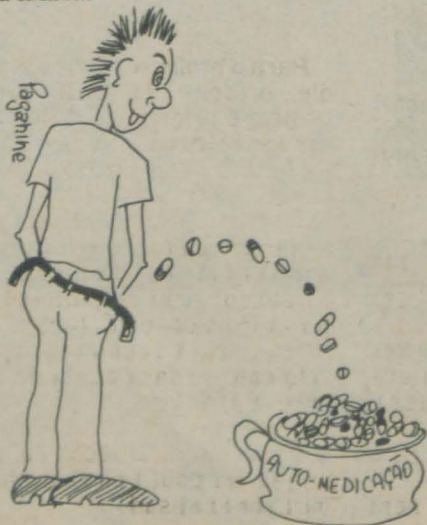
O "Uso e abuso de medicamentos, o caso Vitasay 10 e congêneres" foi tema de um debate realizado na UnB sob coordenação do prof. de Farmacologia, José Gilberto Aucélio. O fato dos medicamentos no Brasil serem vistos como simples mercadorias que podem dar lucros, foi levantado por todos os debatedores. Na mesa de discussão estiveram presentes, dr. Plínio Caldeira Brami, prof. do deptº de Medicina, dr. José Augusto Cabral de Barros, assessor técnico da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde e dra. Suely Rosenfeld, do Dimed.

O Brasil hoje é o 6º maior mercado de medicamentos do mundo. Existem aproximadamente 30 mil fórmulas farmacêuticas que poderiam ser reduzidas à cerca de 300 fórmulas, afirmou o prof. Aucélio. O Dimed, que é responsável pelo registro e consequente permissão para comercialização dos medicamentos, sofre muitas pressões de fabricantes e, segundo Aucélio, não recebe sequer um laudo técnico antes desse registro. Esse laudo serviria como suporte para uma vigilância farmacológica, isto é, seria o resultado de um estudo sobre a conveniência do medicamento no mercado e os seus benefícios para o paciente.

"É praticamente impossível para o Governo retirar medicamentos do mercado", observou dr. Plínio. Não há um canal para o Governo receber notificações sobre efeitos indesejáveis dos medicamentos. Ele citou o exemplo de uma mãe que procurou recentemente o Ministério da Saúde para denunciar a dependência causada pelo Tuciflex — um remédio contra a tosse — que não obteve resposta. Enquanto todos os casos de sífilis são obrigatoriamente notificados pelo médico à secretaria de saúde, o mesmo não ocorre para controle de qualidade dos medicamentos nas ruas. Aucélio lembrou da Dipirona, um analgésico antinflamatório, que é proibido nos EUA e comercializado tranquilamente no Brasil.

"Não existe em nenhuma universidade brasileira ensino de farmacologia clínica", constatou dr. Plínio. Com isso, falta conhecimento por parte dos médicos sobre as drogas que eles próprios receitam. Essa incapacidade de seleção dos bons produtos, faz com que os médicos aceitem os critérios propagandísticos apresentados por vendedores que não possuem um mínimo de conhecimento científico da área. Além disso, os meios de comunicação estão sendo invadidos por propagandas de remédios. Ele acrescentou que, quando um paciente gosta de determinado medicamento, ele pressiona o médico para receitá-lo. É uma verdadeira "moda farmacêutica".

Já o prof. Aucélio, acha que a solução para os problemas no uso de medicamentos está na transformação da antiga terapêutica em farmacologia clínica, como aconteceu na Europa e EUA e que, no Brasil, ainda não ocupou o seu espaço. Depois do boom de fórmulas farmacêuticas, tornou-se impossível para o terapeuta dominar a área. A farmacologia clínica seria um estudo de métodos para avaliar a conveniência ou não de medicamentos no mercado. Contribuiria para a feitura das bulas e atuaria juntamente com a medicina clínica.



CEDOC

O Departamento de Comunicação está organizando um Centro de Documentação — o CEDOC. Com o trabalho e dedicação de quatro alunos, o centro já está tomando forma e conta com vários exemplares de livros, revistas e jornais, brasileiros e estrangeiros para consultas.

ANTÔNIA MÁRCIA



COM monta seu arquivo

CLAUDIA RANGEL.

Jornais alternativos como Movimento e Opinião com coleções quase completas, o COOJORNAL, editado por uma cooperativa de jornalistas de Porto Alegre Lamplão de Esquina, o primeiro jornal de homossexuais lançado no Brasil (78) Cidade Livre, jornal que começou a circular em Brasília em 77, já extinto. Estas e outras raridades podem ser encontradas no Centro de Documentação-CEDOC, que está sendo organizado no Departamento de Comunicações da UNB.

A idéia de um centro de documentação já era antiga no departamento, mas só começou a ser levada adiante em abril deste ano. O novo currículo do curso exige uma hemeroteca nas escolas de comunicação. Por isso, cin-

co alunos, sob a coordenação do professor Murilo César Ramos, começaram a organizar o centro e a catalogar o material que estava disperso no CA, secretária e salas de departamento.

A organização do material começou com a divisão só por grandes assuntos, como Cinema, Teatro, Publicidade, Jornalismo, etc... Agora, eles estão selecionando apenas o que interessa diretamente à comunicações como livros e revistas de pesquisa na área e material específico de interesse para as habitações do curso. Serão catalogados livros, revistas, jornais já extintos, exemplares de jornais laboratoriais de outras universidades do Brasil, a coleção dos jornais Campus, e os alunos estão organizando um arquivo de recortes dos grandes jornais com assuntos relativos à universidade, in-

formática, política e tecnologia de comunicação. O que sobrar do material será doado para bibliotecas ou vendido como lixo.

O projeto do CEDOC foi enviado ao DAC em julho com um pedido de verbas para material permanente (mesas, estantes, arquivos, etc...) e material do consumo (papel, etiqueta...) além de 5 bolsas do trabalho para os alunos encarregados do centro. Em agosto saíram 3 das bolsas pedidas e a verba ainda não foi liberada.

Atualmente, o CEDOC está sendo organizado por 3 alunos bolsistas e 1 voluntário. Segundo eles, ainda não há previsão para que o centro fique pronto, no entanto, os alunos interessados em fazer consultas podem procurá-los, mas não poderão, por enquanto, fazer empréstimos e retirar material do CEDOC.

Mais uma opção para a hora do almoço

NILVA RIOS

A comunidade universitária conta agora com mais uma opção de lazer e cultura na hora do almoço. Foi inaugurado com o filme "Marvada Carne", no último dia 17, no anfiteatro 15, o Núcleo de Vídeo da UnB. A programação do núcleo, no início, será mais genérica e variada, procurando atender sobretudo aos funcionários, pois é o segmento que mais permanece na

Universidade nesse horário, segundo informou Ricardo Vasconcelos, um dos responsáveis pelo núcleo. Serão projetados dois filmes por semana, um nas segundas e terças-feiras e outro nas quartas e quintas-feiras, ficando a sexta para uma programação mais livre, talvez para produtores independentes.

Os responsáveis pelo núcleo têm vários projetos de ampliação, dentre os quais a produção de um telejornal

da Universidade, para ser projetado antes dos filmes, abrir o núcleo para atividades mais acadêmicas e montar um acervo próprio.

Outro projeto do Serviço de Apoio Artístico-Cultural para breve é a programação de música, a partir do dia 1º de outubro, sempre às quartas-feiras, procurando também oferecer atrações variadas, desde o clássico até o universokê, um karaokê universitário.

Campus

Jornal Laboratório do Departamento de Comunicação da UnB.

Professores Responsáveis: — Hélio Doy-le, José Salomão Amorim, Murilo César Ramos, Maria Rita Leal (arte), Luiz Humberto Martins Pereira (fotografia). Editor Chefe: Ana Teresa Serpa. Editores: Ida Pietricovsky de Oliveira, Greice Angelotti Neves, Marcelo Feijó, Margareth Marmori, Cláudia Rangel Gonçalves, Cláudio Tourinho, Guilherme Evelin, Júnia Cláudia Gondim, Mário César Lopes da Rosa, Paulo Alberto Fortes,

Lilian Fonseca, Margarete Vitória, Sandra Sato, Reinaldo de Freitas, Ana Teresa Serpa, João Anderson Alves de Jesus, Jorge Luiz Maya, Cláudia Moema. Repórteres: Jane Maria Andrade de Araújo, Ruth Maria Frota, Roselle de Castro, Ceci Anett de Almeida, Jorge Lage, Benedito Augusto Rodrigues, Raquel Flores, Susana Madeira Dabal, Ana Helena Rossi, Cláudia Prado, Regina Elizabeth de Araújo, Telma Regina Pavarino, Adriana Soares de Vasconcelos, José Floriano Pereira, Nathália Kneipp, Mário

Celso de Araújo, Jaul Ramalho de Castro, Francisco de Paula Filho, Nilva Rios, José Carlos F. Vieira, Ana Paula Padrão, Pedro Henrique Mansur. Diagramação: Chico Amaral. Fotografia: Antônio Márcia, Paulo Paniago, João Carlos Fontoura e Susana Debal. Laboratorista: Jeová Xangô. Ilustrações: João Batista Paganine, Humberto Junqueira, Mário Viggiano, Adriano Valle.

Composição, Revisão, Montagem e Impressão: CORREIO BRAZILIENSE

Departamento se vira sem pessoal

NILVA RIOS e
CLAUDIA RANGEL

Há cerca de um mês, o Campus publicou uma matéria sobre a falência do ensino de graduação da UnB por falta de professores e equipamentos, entre outros problemas. Nesta matéria, vamos focalizar mais um desses problemas que tornam cada vez mais difícil a boa qualidade do ensino: a falta de funcionários. Para se ter uma idéia, comparada às outras universidades do Brasil, a UnB é a que tem o número mais baixo de funcionários, proporcionalmente ao número de professores e alunos. E os reflexos disso são cada vez mais visíveis.

Na Faculdade de Educação, por exemplo, o Departamento de Planejamento e Administração - PAD, depois de passar 10 dias fechado por falta de funcionários, reabriu com apenas um escrivão e um funcionário contratado por serviços prestados por 30 dias, para executar trabalhos datilográficos, como consequência a secretaria da pós-graduação da Faculdade de Educação fechou, pois o escrivão que está agora no PAD era seu único funcionário. Tudo isso provocado pela saída do secretário do PAD, que passou na seleção para chefe de serviço da DDA, deixando a secretaria.

No departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução a situação também é séria. Há três meses esse departamento, bem como o de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernáculo e o de Teoria Literária, vêm funcionando com os mesmos funcionários do antigo Departamento de Letras, só que agora eles foram divididos para os três novos departamentos. Assim, Línguas Estrangeiras e Tradução possui hoje apenas uma secretária que faz todos os serviços: datilografia correspondências e material didático, atende ao telefone e ao guichê e tudo que diz respeito a um departamento. O que está amenizando a situação e fazendo com que o departamento ainda continue de portas abertas é a cooperação dos professores e monitores. Existe hoje um esforço muito grande por parte dos professores no sentido de ajudar e isso está gerando um clima de cooperação interna muito grande, segundo informou Ione Vasconcelos, chefe do departamento.

Para ela, o que talvez possa aliviar a falta de funcionários na

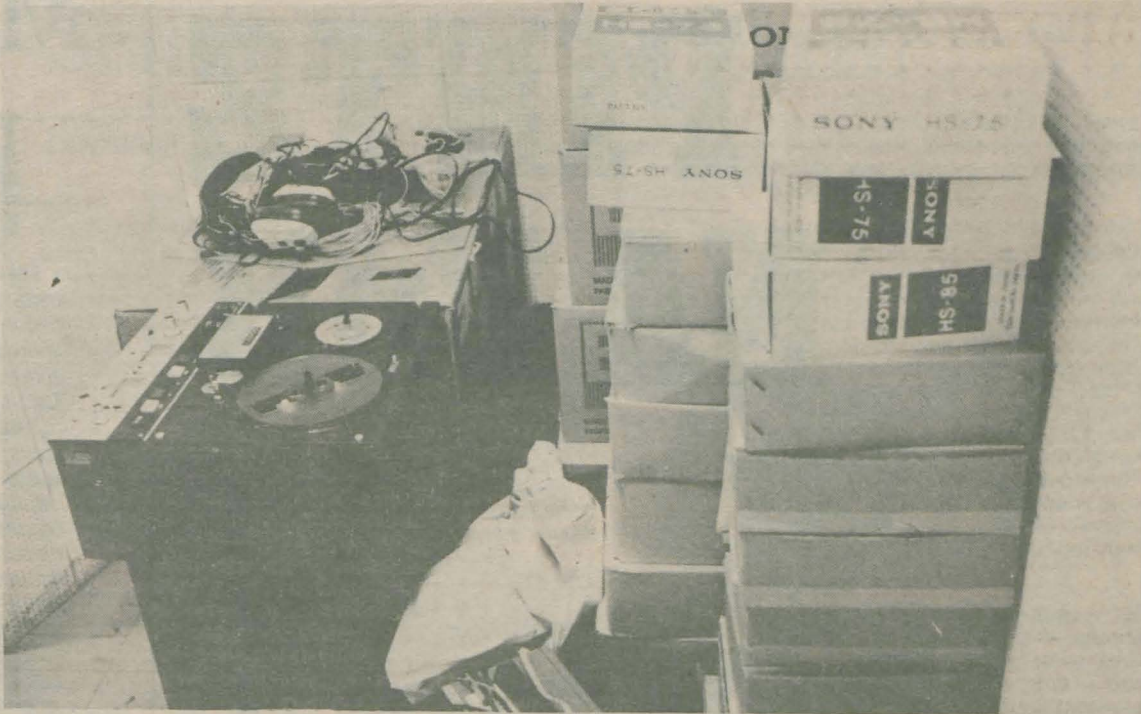
Universidade é o departamento interno proposto pela reitoria, embora ela não acredite que isso vá ser suficiente. Na sua opinião, devemos pressionar instâncias e autoridades superiores para sensibilizá-las para o atual quadro da Universidade de Brasília, onde há poucos professores, poucos funcionários e muitos alunos.

E o problema se repete em toda a universidade, não só nas secretarias, como também em laboratórios e áreas técnicas. O Departamento de Comunicação por exemplo, provavelmente enfrentará uma grande crise no próximo semestre na área de fotografia. É que o único laborista do departamento está prestes a gozar sua licença-prêmio, já adiada várias vezes, sempre pelo mesmo motivo: falta de alguém para substituí-lo. Se até sua saída não for contratado outro funcionário para o laboratório, provavelmente não haverá curso de fotografia no próximo semestre.

O Diretor de Administração, Aloisio César Rabelo Machado, diz que este problema de falta de funcionários já é antigo. Atualmente a universidade funciona com um déficit de 400 a 500 funcionários. Tenta-se suprir essa deficiência com o remanejamento de pessoal por meio de concursos internos, mas o que se verifica é que os concursos resolvem o problema de um departamento, enquanto abrem um rombo no quadro de pessoal de outro.

Para solucionar isso, o Conselho de Administração decidiu, em reunião no dia 4 de setembro, que os servidores aprovados em concurso interno só poderão deixar seus cargos para assumir nova posição, quando sua vaga puder ser suprida no cargo anterior. Para isso, depois de cada remanejamento interno, deverá ser aberto um concurso externo para o cargo mais baixo da hierarquia do quadro de funcionários administrativo da UnB: auxiliar operacional. Dessa forma, os atuais funcionários da UnB terão oportunidade de subir de cargo e quem entrar começa do zero. Aloisio Machado acha que, com essa medida, o problema da falta de funcionários deve se resolver a longo prazo. Além disso, ele espera que o quadro melhore um pouco mais se o Ministro da Educação, Jorge Bornhausen, cumprir sua promessa, feita há um mês, de conseguir a liberação dos 250 funcionários da UnB cedidos ao MEC e à Presidência da República, para que voltem a ocupar seus cargos na universidade.

CESAR MENDES



Um laboratório completo para ensino de línguas no valor de 26 mil dólares está abandonado no Departamento de Lingüística há quatro anos. A Administração diz que instala. Quando?

Equipamentos caros abandonados na UnB

NILVA RIOS

"Pra mim não existe laboratório de língua na UnB". Essa frase da aluna Wanda Bezerra, no oitavo semestre do curso de Língua Inglesa, sintetiza bem o atual estado do laboratório de línguas do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução. Com um acervo de fitas em francês, alemão, inglês, japonês, algumas fitas em espanhol e ainda o curso de português para estrangeiros, anteriormente bastante procurado, o laboratório conta com 32 cabines para estudos individuais e oito gravadores, dos quais apenas um funciona e mal, como fez questão de frisar o próprio responsável pelo laboratório desde 1968, Teotônio Teixeira de Jesus.

Com essa situação, a primeira consequência é o próprio abandono dos alunos. O laboratório está sendo utilizado apenas como sala de aula, devido à precariedade de espaço físico e o excesso de alunos. São 24 turmas de Língua Estrangeira-1 atendendo aproximadamente a 800 alunos, sem falar nas outras turmas do departamento.

Aparentemente o destino do laboratório é tornar-se cada vez mais obsoleto e abandonado. Porém, convivendo com essa situação há muito tempo, o Departamento conta com um moderníssimo laboratório de línguas importado e encaixotado há mais de quatro anos por não ter ainda como instalá-lo. Esse equipa-

mento foi adquirido em 82 através do convênio FUB-PREMESU, em que foram investidos mais de US\$ 26 mil, segundo informou a chefe do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, professora Ione Vasconcelos.

Além dessa verba inicial para a compra do equipamento, já se gastou muito dinheiro na implementação desse projeto. Os técnicos da Diretoria de Engenharia da UnB, juntamente com os da Sony, produtora do material, fizeram um levantamento das condições do atual laboratório para se aproveitar esse espaço e chegaram à conclusão de que é inviável, pois o local é úmido sem ventilação e no parecer desses técnicos seria absurdo fazer essa instalação. "Seria uma solução de economia doméstica", qualificou Stella Maris, chefe do Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernáculo.

Para ela, é fundamental que se faça logo essa instalação, pois do contrário o equipamento pode se deteriorar e com isso perder todo o investimento feito até agora, que talvez seja até maior do que se necessita para concluí-lo, sem dizer que o prejuízo acadêmico será enorme.

Até hoje, o que a administração da Universidade apresentou ao departamento para a não conclusão do projeto foi a falta de recursos e mais recentemente o fato de que nem

todos os projetos da administração anterior devem ser concretizados. Mas, o departamento sempre insistiu junto à Reitoria na importância do projeto, o que não deveria ser visto apenas como um projeto da administração A ou B, porém deve-se pesar tudo o que já se gastou até o momento e verificar se é justo e necessário. Para Stella, o laboratório é de extrema importância para o ensino de línguas e para o desenvolvimento de pesquisas, sobretudo por ser um projeto supradepartamental.

O grande objetivo dos três departamentos juntos (Línguas estrangeiras e Tradução, Teoria Literária e Lingüística, Língua Clássica e Vernáculo), é sensibilizar a administração central para a importância da conclusão do projeto, só que até o momento nenhuma resposta concreta foi dada.

Para o professor Érico Waidle, prefeito da UnB, esse projeto é prioritário e deverá ser concretizado, só que ainda faltam alguns pontos para serem definidos como, por exemplo, o local, pois alguns técnicos ainda cogitam o aproveitamento do atual laboratório, e, principalmente, ser aprovado pelo Conselho Diretor, cuja reunião provavelmente se dará ainda neste mês. Para isso, o próximo passo da prefeitura será solicitar ao reitor a inclusão do projeto na pauta do Conselho para ser analisado.



PINTE NA UnB

Vá "bandejar". Dê uma chegada no Dois Candangos. Toque. Jogue truco. Reze. Vá ao C.O. Namore. Pegue carona. Desenhe. Pule. Dance. Aconteça. A UNB tem sempre alguma coisa a ver com você. Participe e descubra sua universidade.

Meio ambiente ganha núcleo de estudos

MARCELO FEIJO

Os estudos relacionados a problemas ambientais serão intensificados a partir de agora na UnB, com a criação do Núcleo de Estudos Ambientais (NEA). Este Núcleo tem caráter interdepartamental e a finalidade de produzir e sistematizar conhecimentos na área de meio ambiente. O NEA, que está sendo coordenado pela professora Maria Novaes Pinto, da Geografia, encontra-se no momento aguardando a sua formalização pela Reitoria para que passe a contar com um espaço físico e uma infraestrutura administrativa. A Reitoria garantiu que a formalização é apenas uma questão de tempo, levando-se em conta a grande importância do tema, e assim brevemente o Núcleo poderá desenvolver seus estudos em melhores condições.

O NEA tem uma organização multidisciplinar com participantes tanto de dentro como de fora da Universidade. Por enquanto, são vinte professores da UnB e dezesseis participantes de fora. Mas o Núcleo não tem número limite de participantes. Entre os de fora estão representantes do Ministério do Desenvolvimento Urbano, da EM-PRAPA, do GDF, da Secretaria Especial do Meio Ambiente, da ENGEVIX, do IBDF e outros. Visando uma maior flexibilidade entre seus membros, o Núcleo não terá um conselho, mas apenas um coordenador, a professora Maria Novaes Pinto, um coordenador substituto, o professor Eurico Salviatti, e mais três coordenadores de apoio, sendo dois professores da UnB (professores Bráulio Ferreira e José Maria de Almeida) e um de fora (Euri Pereira Lima Filho).

Com esta estrutura simples, já foram constituídos vários grupos de trabalho, segundo a professora Maria Novaes Pinto, para a elaboração de projetos, tais como a preparação de um manual sobre terminologia e conceitos usados na área de meio ambiente, a organização de um simpósio internacional sobre a problemática ambiental, e a elaboração de um projeto sobre uso múltiplo de recursos hídricos e proteção do meio ambiente em bacias hidrográficas nas regiões de cerrado.

Como se sabe, o bem-estar e o futuro do homem moderno estão relacionados com as modificações que vêm sendo operadas no meio ambiente. O avanço tecnológico muitas vezes tem como contrapartida a devastação da fauna e da flora. Neste sentido é que o NEA pretende analisar e avaliar os projetos governamentais que possam provocar impactos no meio ambiente, e articular com a sociedade a resolução destes problemas. Mas o NEA, como fazem questão de enfatizar seus membros, estará sobretudo preocupado com o aprimoramento do pessoal formado pela UnB e com a integração destes no processo de solução dos problemas ambientais no país, tendo em vista que estes problemas serão uma constante daque para frente. É preciso que o conhecimento nesta área seja transmitido, caso contrário o preço a pagar será irreversível.

Considerando estes fatores, os participantes do NEA esperam que a formalização do Núcleo, imprescindível para a dinamização de seu funcionamento, venha o mais rápido possível. A certeza de todos é que, quando o NEA estiver produzindo a todo vapor, a Universidade de Brasília estará mais próxima de seu ideal.

Nutrição questiona processo de eleição

ANA TERESA SERPA

Criado no semestre passado, o Departamento de Nutrição começou uma briga diante da necessidade da eleição de um Chefe. Ao contrário dos cursos de Enfermagem e Odontologia que, em consenso e democraticamente, elegeram seus Chefes, tomou posse no dia 8 de setembro, Maria Arionete Libório - a nova Chefe do Departamento de Nutrição, que assume questionada pelos alunos.

Os 35 alunos do curso vêm tentando com insistência marcar uma reunião com o Reitor pra esclarecer o processo de escolha da nova Chefe, mas não conseguem. "Ele não se diz tão democrático?", questiona uma aluna. O processo eleitoral foi, sem dúvida, bastante conturbado mas parece que a briga ainda vai continuar.

O primeiro impasse que surgiu foi com relação ao peso dos votos. Os três únicos funcionários do Departamento queriam peso maior

que os alunos. Formouse, então, uma nova Comissão Eleitoral que decidiu pelo voto universal e pela urna única. No entanto, na reunião do Colegiado as decisões não foram reconhecidas. "As propostas foram modificadas sem a aprovação da Comissão Eleitoral", explica uma aluna. Decidiram por três listas sextuplas que seriam encaminhadas ao Reitor: uma de alunos, e uma de professores e uma de funcionários. Mas os 35 alunos reivindicavam por uma lista somente. Na 8ª Reunião do Conselho Departamental, estavam presentes 8 dos 11 professores do Departamento que escolheram, aleatoriamente, quem faria parte deles. Dois funcionários apolaram a lista e o Reitor, em seguida, fez sua escolha.

Os alunos, agora, diante desse quadro antidemocrático, não querem reconhecer a nova Chefe do Departamento e pretendem continuar fazendo pressão. Uma aluna ainda acrescentou: "como ela aceita subir dessa forma?".

A Unb é o que rola nela.

CRAI

Centro de Realização de Idéias e Apoio.

Visando melhorar seus cursos a UnB está adotando um novo sistema de matrícula: o semi seriado, que já é utilizado em vários departamentos com bastante sucesso. Parece que é o fim da briga por matérias.



Semi seriado na UnB?

ANA HELENA

O atual sistema de matrículas não atende mais. Isso já está mais do que claro. Os problemas são muitos desde choques de horário ao professor determinando o horário em que pode dar aula, apesar de ser contratado para Dedicação Exclusiva na Universidade de Brasília. Hoje, a UnB experimenta um novo sistema de matrículas denominado "semi seriado" em que o aluno acompanha um fluxo de curso, mas, ao mesmo tempo, pode-se matricular em outras disciplinas.

Segundo a professora Daisy Leininger, diretora da Diretoria de Assuntos Acadêmicos - DAA -, "existem professores figurões que chegam a escolher qual o horário em que querem dar aula. A maioria contratada em regime de 40 horas semanais prefere os dias nobres como a terça e quinta-feira, das 10 hs às 12 h. Segundo Paulina de Freitas Targino, decana de Ensino de Graduação, "o contrato não estipula escolha prévia de horários para lecionar. A UnB tem condições de pressionar o professor para que dê aulas em horários que não sejam nobres como é o caso da segunda-feira pela manhã e a sexta-feira pela tarde. Essa situação acarreta uma contração de disciplinas nos horários considerados nobres em que as dificuldades de encontrar espaço físico para as turmas é imensa. Vários departamen-

tos concentram suas ofertas de disciplinas no período da manhã. Por exemplo, o Departamento de Estatística ofereceu no 1º semestre de 1986, 41 disciplinas pela manhã e apenas 4 pela tarde. Fato semelhante acontece nos Departamentos de Economia, Comunicação, Letras e Linguística, Engenharia Elétrica, Administração, Biblioteconomia e Direito. No entanto, alguns Departamentos conseguem maior equilíbrio na oferta, como é o caso da Matemática, Arte, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Agrônoma, Medicina Comunitária, Educação Física e Relações Internacionais. Os demais priorizam a manhã sem, no entanto, deixar de oferecer disciplinas à tarde.

DAA não se sobrecarregue desnecessariamente já que apenas os problemas mais graves serão encaminhados a ela.

O fluxo do curso, no sistema semi seriado, é feito por uma comissão composta por um representante da DAA, o coordenador do curso e um grupo de formandos que já conhece a situação por que passa o Departamento. Os calouros ingressam automaticamente nesse sistema. Maria Sílvia, aluna do 2º semestre do curso de Agronomia, gostou muito do semi seriado. "Agora, não preciso ficar preocupada se terei vaga na disciplina. E só não perder a época e tudo bem. Ouvia muitos colegas veteranos contarem o calvário por que passavam".

SEMI SERIADO

O sistema de matrícula pré-orientada consiste em oferecer ao aluno, todos os semestres, uma grade de disciplinas nas quais poderá matricular-se. A grande mudança em relação ao sistema anterior é que agora o aluno tem a garantia da vaga, caso escolher as disciplinas da grade. As turmas já vêm garantidas assim como as vagas. No entanto, existe a possibilidade de se matricular em outras matérias não incluídas na grade, durante o reajuste. Para a matrícula ter validade, o aluno precisa da assinatura do coordenador do curso e não mais do orientador. Todas as etapas da matrícula serão feitas no Departamento, permitindo assim, que a

O sistema de semi seriado exige uma boa infra-estrutura. Segundo Daisy Leininger, "o Centro de Processamento de Dados - CPD - não oferece suporte para o planejamento do semi-árido. O material é velho e existe uma carência de 36 funcionários para agilizar o trabalho. Segundo a professora, sem essas condições mínimas de trabalho, não é possível implantar o semi-árido em toda a UnB.

A experiência do novo sistema implantado em 8 cursos da área de Geociências, deu certo. A perspectiva é implantar o semi seriado em toda a UnB, a partir do 1º semestre de 1987. Os alunos retornariam ao sistema de turmas, onde um grupo entre e sai junto da Universidade, permitindo assim, um aproveitamento maior do processo de aprendizagem

Drogas na mira da universidade

RAQUEL FLORES

Para reabrir a clínica de recuperação de viciados, o Departamento de Psicologia da UnB recebeu do GDF uma verba de 900 mil cruzados. OCAMPUS foi checar esta notícia e chegou até o CORDATO - Centro de Orientação sobre Drogas e Atendimento a Toxicômanos, vinculado ao Departamento de Psicologia, onde estagiam alunos da Psicologia, Enfermagem, Medicina e um residente em Psiquiatria. Um engano na pauta: O Departamento não recebeu a verba e ela se destinará ao CORDATO, que auxilia a clínica de atendimento psicológico da UnB, nos casos de relacionamento com toxicomania.

Além da ligação estagiários-CORDATO, o Centro se une à universidade através do professor Richard Bucher, da Psicologia, que é o coordenador dos trabalhos. Segundo ele, não se usa os termos recuperação e nem viciados. O residente em Psiquiatria Cláudio Paiva e a psicóloga Márcia Totugui explicam: "Recuperação tem a ver com adestramento, condicionamento, o que não é o que se faz, mas sim compreender. Viciado é um termo pejorativo, preconceituoso, com uma carga moralista, daí o termo toxicômano, mais científico". Um amplo hall, sofás, algumas salas individuais e o telefone para orientação, informações e marcação de consultas, são os instrumentos de trabalho no Centro. Mas a equipe do CORDATO não fica só entre quatro paredes, onde se cumpre o primeiro objetivo, ou seja, o de atendimento ambulatorial, a psicoterapia. Existe ainda em andamento o trabalho de pesquisa nas escolas públicas sobre uso e conhecimento de drogas pelos jovens do Distrito Federal. O combate ao abuso de drogas é feito também por meio de um trabalho de pre-

venção junto aos professores das escolas, realizado pela equipe psicopedagógica do CORDATO. A intenção é procurar fazer dos professores, que passam grande parte do dia com os alunos, profissionais mediadores entre o CORDATO e o aluno. Ter um trabalho contínuo "e não chegar lá, dar uma palestra pros alunos e a coisa ficar por aí; deve ter seguimento", explica a psicóloga Márcia Totugui. Lá não se fazem proibições do tipo "você só entra aqui se não estiver sob o efeito da droga", pois eles acreditam que isso afasta o usuário, corta a relação. A receita básica é acolher e entrar desarmado de qualquer tipo de preconceito; entrar armado, sim, de muita compreensão, tentando estabelecer com o indivíduo uma relação autêntica. O tempo é variável, dependendo do relacionamento da pessoa com quem está cuidando do seu caso e do uso que ela está fazendo das drogas. Cada caso é um caso. Fica a critério do usuário também o dia e a hora em que deseja ser atendido gratuitamente.

O que é considerado resultado, que seria a integração pessoal e social do indivíduo na comunidade, é às vezes, muito difícil. Segundo o professor Richard, para uma avaliação em termos de estatística, o Centro deveria ter, no mínimo, cinco anos, e ele só tem cinco meses. Mas esta não é a única dificuldade da equipe. O CORDATO se encontra, no momento, operando no velhinho, com o que resta da verba inicial do Ministério da Justiça, e com o apoio do Reitor, principalmente na parte administrativa, como por exemplo no fornecimento de transporte para as atividades de prevenção, papéis e projeção de filmes. Com a verba do GDF, o Centro poderá criar sucursais nas cidades-satélites e aproveitar estudantes de Comunicação para a realização de filmes e desenho animado, diferentes dos sensacionalistas apresentados pela Polícia Federal.

"Aqui não se fazem proibições do tipo 'você só entra se não estiver sob efeito de droga'".

CORDATO

CENTRO DE ORIENTAÇÃO
SOBRE DROGAS
E ATENDIMENTO A
TOXICÔMANOS

GRATUIDADE
ANONIMATO
VOLUNTARIEDADE

ABERTO DAS 09 DA MANHÃ
ÀS 09 DA NOITE
DE SEGUNDA A SEXTA

CLN 205 BL. "D" - SOBRELOJA 07 (2º ANDAR)
FONE: (061) 272-4555 - CIP 70 843 - BRASÍLIA - DF

COABORAÇÃO

SUL AMERICA
SEGUROS

CORDATO

Transporte coletivo sob as rédeas do Governo

SANDRA SATO

"Agora quem manda nos transportes coletivos em Brasília é o Governo", afirmou o secretário de Serviços Públicos, José Roberto Arruda. Concedido à TCB, Pioneira, Alvorada e Viplan, o serviço, que é subsidiado com cerca de 10% do total arrecadado do IPVA (antiga Taxa Rodoviária Única), sempre esteve nas mãos dos empresários. Medidas como inspeção mecânica, maior fiscalização e o caixa único, segundo o secretário Arruda, alteraram este quadro.

Isto não significa que o Governo pense em estatizar o serviço, explicou o secretário Arruda. Apesar de muitos continuarem a defender o transporte como um dever do Estado, por ser um bem público, a única responsabilidade que o Governo assume é o gerenciamento do serviço. Exclusivamente porque está comprovado que empresas privadas são mais eficientes que as públicas em termos administrativos, justifica o secretário.

O transporte em Brasília nunca foi barato e sua qualidade, questionável. O traçado urbano da cidade dificulta a criação de linhas que satisfaçam o usuário, que acaba tendo que andar grandes distâncias para pegar um ônibus. O número de circulares operando nos horários de "rush" é insuficiente, as pessoas parecem sardinhas enlatadas. Por uma questão econômica, é rentável para o empresário colocar o maior número de passageiros num único ônibus. Esta mentalidade tende a mudar, a partir de agora com a implantação do caixa único, em que a empresa recebe por quilômetros rodados, porque o arrecado com as passagens é recolhido pelo Governo.

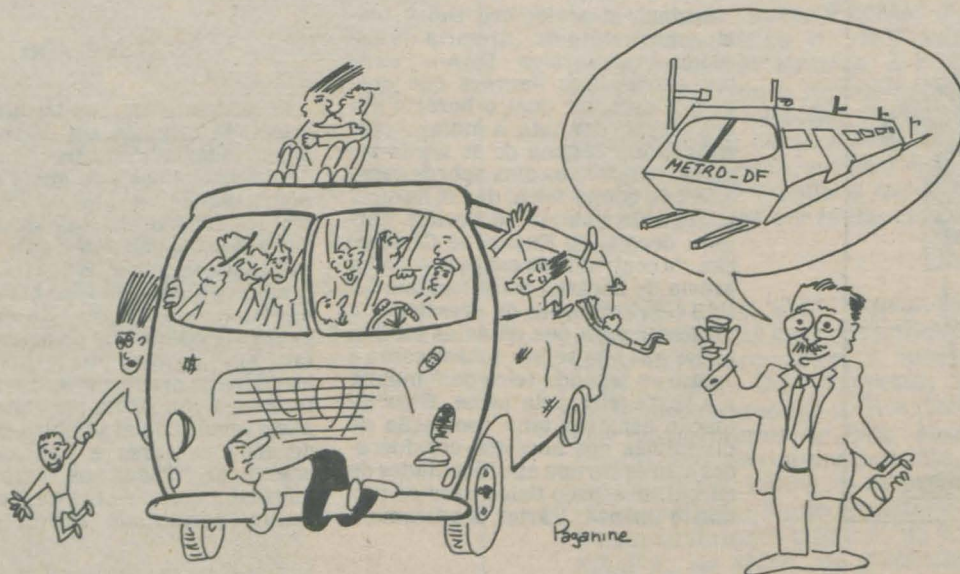
Numa cidade em que grande parte dos 700 mil usuários diários mora nas cidades-satélites e não há renovação de passageiros no percurso, o Governo entende que a solução é o transporte de massa, segundo o secretário. O Instituto Mauá de Tecnologia foi contratado para estudar a viabilidade de implantar transportes deste tipo, na capital. O secretário não quis "dar nomes aos bois", prefere aguardar até janeiro pelos resultados do Instituto, mas confessou, como usuário, ser simpático ao metrô. O que na opinião do ex-diretor do Departamento de Transportes Urbanos (DTU), Mário Maurício Lobo, é inviável porque com o custo de implantação seria possível oferecer à população dez anos de transporte gratuito.

LINHAS DA UnB

A pedido do reitor Cristovam Buarque, DTU está reestudando as linhas que passam pela UnB. O Departamento se coloca a disposição de um grupo de alunos que queira discutir o assunto, a qualquer momento. É só falar com Wilson Ramos, atual diretor do DTU.

TRANSPORTES

O transporte de Brasília sempre foi caro e apresenta várias deficiências. Trajetos que não atendem às necessidades reais do usuário, superlotação e um número insuficiente de ônibus são as falhas que dificultam o uso do transporte coletivo pela população. Como alternativa para minimizar esses problemas, o governo estuda a viabilidade da implantação de um metrô, tido por muitos como um meio de transporte inviável por apresentar um custo elevado e de implantação demorada.



Agressões na Viplan

ADRIANA VASCONCELOS

"Fui agredido com violentos pontapés pelo Diretor de Ônibus Especiais da Viplan, Ulisses Canhedo Azevedo mais conhecido por 'Alemão' e que também é filho do dono da empresa. Foi assim que quebrei o dedo de minha mão". Com essas palavras o motorista Severino Alves de Assis relatou a agressão da qual foi vítima. Por sua vez, "Alemão" se justifica dizendo que apenas defendeu-se quanto o motorista jogou uma placa de ferro em suas pernas.

Constatando essa agressão como a segunda em menos de um mês por parte de diretores da Viplan, o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Brasília encaminharam Severino à Delegacia de Sobradinho onde o motorista registrou a ocorrência. Além de dar uma assistência jurídica ao trabalhador, o Sindicato incumbiu-se de registrar o fato à Delegacia Regional do Trabalho.

RECUSA

"Ao me recusar a pagar uma possível multa do SINPAS (Sistema Nacional de Previdência Social), fui violentamente agredido". Esse foi o principal motivo, segundo Severino, que levou "Alemão" a agredi-lo depois do incidente que começou quando o motorista dirigia um ônibus pela avenida W/3 Sul e sentiu a falta dos freios do veículo. Mesmo avançando um sinal vermelho, Severino conseguiu controlar o carro e o conduziu à garagem da empresa. "Porém, continua o motorista, depois de 'Alemão' tomar conhecimento do fato dirigiu-se à mim dizendo que caso a empresa recebesse alguma multa, esta seria debitada do meu salário".

O OUTRO LADO DA MOEDA

"Eu apenas me defendi quando o motorista jogou uma placa de ferro em

JEOVA XANGO



A radiografia comprova a agressão

mim. Se ele quebrou o dedo, foi ao cair do ônibus onde a confusão começou". Esta é a versão de Ulisses Canhedo Azevedo, que considera injusto o fato de estar sendo acusado de único agressor no incidente com o motorista da empresa, Severino Alves de Assis.

Segundo Ulisses, o motorista contratado há oito meses vem querendo arranjar um motivo para ser despedido. "Nunca quis lhe despedir sem justa causa, por isso ele fica arrumando confusões. Outro dia tive de suspendê-lo por dois dias devido a reclamação de uma senhora que dirigia um fusca e foi fechada pelo ônibus de Severino, quase os veículos bateram. Em relação específica ao último pretexto que arranhou para não trabalhar, Severino mentiu quando disse que o carro não tinha freios, como ficou comprovado em testes feitos posteriormente".

Metrô não é a solução viável

CHICO MOURA

"Metrô em Brasília é uma alternativa cara, de implantação demorada e desnecessária". A afirmação é do professor de Economia da Universidade de Brasília e funcionário da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, (EBTU), Charles Wright, que realizou recente trabalho de pesquisa sobre o transporte urbano em Brasília.

Wright, que foi auxiliado em seu trabalho por um colega e dois estagiários, faz uma série de observações e críticas a respeito do transporte coletivo na cidade. Para ele, o metrô seria uma solução pouco viável para os problemas no sistema urbano de transporte em Brasília. "O Distrito Federal é composto por populações dispersas, o que impossibilita a existência de um eixo único que poderia facilitar a implantação de serviços ferroviários ou corredores de ônibus". Esses serviços ferroviários seriam os metrô, e os corredores de ônibus, faixas ou pistas exclusivas para o trânsito dos ônibus, tornando-os mais rápidos e eficientes.

O professor lembra que mesmo usando o metrô, o passageiro precisaria utilizar outros veículos para terminar o percurso. No caso, o ônibus seria o mais indicado por ser o mais barato. Para Wright, o ônibus gasta uma fração muito pequena dos derivados de petróleo utilizados no País. O que ele precisa no momento é tornar-se mais eficaz. Wright afirma haver um monopólio no transporte urbano que impede inclusive qualquer medida alternativa para melhorar o atendimento ao público.

"Essas empresas formam um cartel" diz ele, "um entendimento entre empresas que distribuem entre si os mercados e determinam os preços, suprimindo a livre concorrência. Esse cartel, sob tutela do governo, oferece ao usuário apenas uma empresa operando em cada área. E como as rotas são estabelecidas em trajetos feitos para a conveniência das empresas, o usuário raramente conta com um serviço porta-a-porta". São quatro as empresas de ônibus que atuam no Distrito Federal: TCB (estatal), Pioneira, Viplan e Alvorada (privadas). Cada uma atende separadamente diferentes regiões em Brasília.

MAU ATENDIMENTO

De acordo com Wright, isso faz com que os passageiros recebam um atendimento de baixa qualidade na maioria das rotas. Conclui-se que a falta de concorrência entre as empresas não abra entre elas interesse para melhorar no atendimento aos passageiros. Caso não houvesse esse cartel, seria possível optar por serviços alternativos. O professor lembra, por exemplo, o uso de micro-ônibus em cidades-satélites e também lotações. Os dois atuam, é claro, sob rígidos cuidados de segurança. Quer dizer, muitos passageiros de cidades como Taguatinga não se importariam em pagar a mais por essas conduções, desde que elas fossem bem mais baratas que o automóvel e mais rápidas e confortáveis que o ônibus comum.

Com relação às tarifas cobradas nos preços das passagens, Wright diz que esse monopólio cercado pelo sigilo e caracterizado pela falta de mecanismos de controle dificulta qualquer forma de subsídio. Mas observa que a legislação prevê uma despesa ao trabalhador de apenas 6% do salário mínimo com o item "transporte". Aliás, para ele, o vale-transporte, subsídio dado ao preço das passagens, seria uma boa opção para não ultrapassar esses 6% do bolso do trabalhador.

Wright faz uma crítica ao sistema de integração criado em 1981 como forma de reduzir os custos do transporte. "Um curral", é assim que se refere ao sistema de integração que consiste em terminais de localizações estratégicas nas cidades-satélites, onde os passageiros fazem baldeações para chegarem ao seu destino. Para ele, além da população ter rejeitado os "currais" porque suas viagens se tornaram mais cansativas e demoradas não se obteve a esperada redução de custos. Outro problema que preocupa também o professor é a situação das cidades goianas vizinhas ao Distrito Federal, que para se locomoverem até Brasília pagam mais caro pelo ônibus do que as cidades-satélites, e não gozam sequer de um atendimento interurbano. Seus ônibus são desconfortáveis e normalmente estão lotados de passageiros.

USUÁRIOS

A população é a mais prejudicada no quadro crítico dos transportes em Brasília, enquanto os empresários investem em seus lucros. As cenas de sardinhas enlatadas se repetem entre as linhas que fazem tanto o trajeto do Plano Piloto quanto o das cidades-satélites. A estória do cidadão que corre atrás de um ônibus para não chegar atrasado no serviço e na escola, ou para não ter que esperar meia hora até pegar o próximo ônibus é a rotina de todos os que se utilizam desses veículos.

Satélites: Batalha diária

JOSE CARLOS ANATOLY

A população das cidades-satélites está insatisfeita com o Sistema de Integração dos transportes coletivos, implantado em 1982 pela Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal. "O Sistema de Integração deveria acabar o mais rápido possível, porque a gente perde até meia hora nos currais a espera de outro ônibus". Este é o desabado de Maria Lúcia David, que todos os dias enfrenta a verdadeira batalha que é tomar um ônibus na Ceilândia Sul para conseguir chegar a tempo a seu trabalho no Plano Piloto. Assim como Maria Lúcia, toda a população da Ceilândia e outras cidades-satélites é obrigada a passar pelo curral (nome atribuído pelo povo aos terminais rodoviários de integração) para a troca de ônibus.

O Sistema de Integração funciona da seguinte maneira: no caso das linhas que partem para rodoviária do Plano Piloto, ao invés de sair um ônibus para o setor "P", um para a Ceilândia Sul e assim por diante, parte da rodoviária apenas um ônibus para o curral em Taguatinga, onde ocorre a integração. A partir daí o passageiro toma outro ônibus que o levará a seu destino. Com este sistema a viagem ficou ainda mais demorada e cansativa. Entretanto a posição da Secretaria de Serviços Públicos é de que o Sistema de Integração propicia um barateamento nos preços das tarifas.

LUCROS ALTOS

"A verdade é que o Governo do Distrito Federal sempre atribuiu o alto preço das tarifas a uma série de fatores, mas nunca aos altos lucros das empresas de ônibus de Brasília. Com o Sistema de Integração, que diminui o número de ônibus em circulação, aumentaram ainda mais os seus ganhos às custas de um maior sacrifício da

população das cidades-satélites", afirma Alexandra Silva de Castro, moradora de Taguatinga, que paga pela passagem de ônibus para o Plano Piloto Cz\$ 2,30. Se comparada com os preços cobrados nos outros estados, nota-se imediatamente que em Brasília paga-se muito caro pelo transporte coletivo.

O número de ônibus colocados a serviço da população é insuficiente, e no caso das linhas das cidades-satélites a situação é calamitosa. No fim da tarde formam-se enormes filas na rodoviária no Plano Piloto, de onde partem os ônibus para as cidades-satélites já abarrotados de passageiros. Durante o trajeto, a cada ponto de ônibus mais passageiros vão se amontoando até que se torna impossível a abertura da porta de entrada. A partir daí o ônibus não pára, a não ser, evidentemente, para a saída de passageiros.

Isto tudo não seria pior se o morador da cidade-satélite não tivesse ainda a necessidade de pegar, em muitos casos, mais de um ônibus já que as empresas não dispõem de ônibus em trajetos indispensáveis. Por exemplo: quem trabalha na Asa Norte ou na Esplanada dos Ministérios só dispõem de ônibus executivos, com uma tarifa de Cz\$ 4,60. Quando se fala em ônibus executivos, pensa-se logo em uma alternativa para o usuário que deseja um transporte mais confortável por um preço mais caro. Mas na realidade isto não acontece. As empresas operam com os executivos exatamente naqueles locais onde não há o serviço de ônibus coletivos para as cidades-satélites, como a W3 Norte e a Esplanada dos Ministérios. "O jeito é pegar um ônibus para a rodoviária e lá pego outro para Taguatinga", diz Adélia Prado Catunda, que diariamente necessita tomar dois ônibus para Taguatinga, já que na linha Esplanada dos Ministérios-Taguatinga, a única alternativa é o ônibus executivo que está sempre lotado e frequentemente com pessoas viajando em pé.

SUSANA DOBAL



A difícil viagem até a UnB

PEDRO MANSUR

"Você sabe o que é acordar às seis da manhã, tomar café, correr para o ponto de ônibus e ficar torcendo para que ele pare?" Essa pergunta foi feita pela estudante de Educação Artística da UnB, Elizabeth Maria da Silva. Ela explica que o percurso entre Taguatinga Norte e a Universidade é uma verdadeira viagem, e complementa dizendo que isso é o mínimo, pois o principal problema são os ônibus superlotados: "É impossível pegar o ônibus que faz a linha da UnB, no centro de Taguatinga e quando a gente entra nele, só dá para mexer os olhos".

A falta de conservação dos ônibus é também uma das reivindicações da aluna, assim como uma melhor preparação dos cobradores e motoristas que sempre desrespeitam os passageiros com calavões ou freidões bruscos propositalmente.

Elizabeth explica ainda que, ao chegar atrasada nas aulas, principalmente devido a quebras, congestionamentos, ou ter que pagar dois

ônibus para chegar à Universidade, os professores não querem saber de argumentação e as faltas são constantes.

Para a estudante do Departamento de Letras da UnB, Lélia Lourdes, residente no Cruzeiro, essa "difícil viagem" é semelhante a de Elizabeth. Os ônibus que fazem a linha Cruzeiro-UnB sofrem a mesma doença de superlotação. E é agravado, pois o último ônibus da linha sempre passa dez minutos antes das seis horas da tarde, conseqüentemente os estudantes e funcionários o perdem. Por esses motivos, os usuários dessa linha, fizeram um abaixo assinado pedindo melhorias para a linha Cruzeiro-UnB.

Carla Oliveira Cruz, também estudante de Letras, moradora no Guará I, acha que a quantidade de ônibus para a linha Guará-UnB é mínima, e não atende a demanda de passageiros. Ela explica, ainda, que por ser uma linha onde comparada com outras da empresa é pequena, os motoristas não são bem informados do trajeto e quase sempre se perdem no caminho.



Nem o Plano Piloto escapa

JOÃO CARLOS FONTOURA

Segundo a Secretaria de Viação e Obras não existe uma estimativa de quantas pessoas residentes no Plano Piloto utilizam-se dos transportes coletivos que circulam pelas 50 linhas distribuídas na cidade. "Apresentando um traçado urbanístico suí-gêneris, Brasília exige um tratamento específico no que diz respeito ao tipo de sistema a ser adotado", diz o Secretário José Roberto Arruda que ao justificar a falta desses dados, considerou quase irrelevante os problemas da cidade em compração às deficiências que envolvem as Satélites, consideradas prioridades pela Secretaria.

Graças aos subsídios pagos pelo Governo do Distrito Federal a principal empresa responsável pelo transporte de massa no Plano Piloto, a TCB, também proprietária dos "Transportes Vizinhança", faz circular uma média de 150 ônibus diariamente cobrindo 90% das linhas — sendo o restante explorado pela VIPLAN. Todo esse esquema parece não contentar aqueles que estão diretamente envolvidos no assunto; os usuários. Ao entrevistarmos algumas pessoas, boa parte delas parece insatisfeita com os serviços prestados como por exemplo, Josilda Neves: ela é funcionária

pública e diz que existem poucos e precários ônibus na linha que a serve do seu trabalho no INCRA na W3 Norte até sua casa na 409 Sul. Além de muito cheio, a distância percorrida é longa — a linha passa pela L2 Sul, L2 e W3 Norte diz que às vezes vê-se obrigado a tomar dois ônibus para deslocar-se até seu trabalho na 708 Norte.

Há também quem faça críticas aos criadores da cidade — por terem privilegiado pessoas que possuem carro, como afirma o estudante da UnB, Elcio Bandeira, que ao descer do Grande Circular no ponto da L2 Norte vindo da 714 Sul, sai afoito do veículo cheio e quase sempre atrasado, e dá início a uma maratona até o ICC Norte para chegar a tempo de não levar falta. Ele enfrenta problemas também na hora do retorno, pois são poucas as alternativas dentro do Campus que o levem até a L2, quando a solução é arranjar uma carona.

O descaso do GDF para com o transporte parece afetar também as pessoas que se arriscam a pegar os últimos ônibus do horário noturno, como é o caso Paulo Sandra e Silvia que moram todos na Asa Norte e esperam às vezes até as 5h30 da manhã para poderem retornar para suas casas por terem perdido o "Expresso da Meia-Noite".

“ Para cumprir bem o seu papel a Sunab precisa ter uma estrutura compatível com as suas necessidades. Só assim poderemos ser cobrados por mais do que fizemos até agora. ”

Sunab — 24 anos de letargia

LIA BRANT
JORGE LAGE

Campus: O senhor concorda com a afirmação do ministro interino da Fazenda, João Manoel, de que a Sunab é um órgão velho, arcaico e que precisa ser reformulado?

Madsen: — O dr. João Manoel disse isso no dia 18 de setembro, e eu venho dizendo isso desde março. Nós precisamos fazer uma reestruturação total da Sunab. A Sunab recebeu uma delegação de competência em fevereiro, com a implantação do decreto lei nº. 2.283, de coordenar a execução do plano cruzado. Fez isso muito bem, tanto fez muito bem que nós temos uma enorme folha de serviços prestados aí nesses seis meses. Temos um congelamento de preço, ou tabelamento de preço com pleno sucesso. Nós fechamos seis meses com uma inflação acumulada da ordem de 6,27%. Inflação essa explicada pela alteração de preços de produtos que não foram objetos de uma regulamentação adequada pelo Governo, como é o caso dos aluguéis residenciais que tiveram uma alta significativa, de vestuário, que não são passíveis de tabelamento de preços. O setor de alimentos, que é um dos setores que tem uma atuação mais efetiva da Sunab, teve deflação nesses últimos seis meses.

Campus: A Sunab faz previsões de abastecimento para os anos seguintes?

Madsen: — A Sunab tem suas atividades muito reduzidas em relação as dimensões que ela tinha quando da sua implantação. Ela era o grande órgão reformulador e executor da política nacional de abastecimento. Então, era competência dela também todas essas previsões de safra de compatibilidade, adoção de política de abastecimento. Hoje essas funções foram retiradas da Sunab em sua quase totalidade. A Sunab está apenas na fiscalização da execução da política de abastecimento. Como fiscal da execução de política de abastecimento, já não é função da Sunab a previsão de safras, o que está sendo feito hoje principalmente pelo Ministério da Agricultura.

“ Acho que a Sunab fez um belo trabalho, sem condições adequadas para isso, quer dizer a estrutura técnica da Sunab não é compatível com a dimensão desse trabalho. Só através de colaborações externas pode a Sunab desenvolver seu trabalho. Nós estamos agora, encaminhando ao governo uma proposta de ampliação dos quadros da Sunab. Nós vamos redistribuir funcionários ociosos de outros órgãos para atividades da Sunab. ”

Campus: O abastecimento da carne já está regularizado?

Madsen: Inicialmente o Governo programou que a solução para o abasbecimento do mercado nacional de carne de nossos pecuaristas se fazia via importações. Foram programadas importações substanciais. Nós estamos importando 250 mil toneladas, e essa carne importada está sendo colocada no mercado sob supervisão da Sunab. É ela quem determina, quando, onde e de que forma coloca-la. Realmente o abastecimento não está regularizado com a carne importada. O programa vai permitir o abastecimento parcial do mercado. Nesta semana foram adotadas algumas medidas complementares pelo Governo, como a extensão até dezembro das suspensões das exportações de carne, a isenção do ICM e uma série de outras medidas para forçar a regularização do mercado. E a convicção de que tem o Governo hoje, é de que se essas medidas não forem necessárias, novas medidas terão que ser tomadas, mas que o abastecimento realmente precisa ser regularizado.

Campus: Quais seriam essas outras providências?

Madsen: Essas providências complementares para forçar o pecuarista a liberar os rebanhos são providências de ordem fictícias, restrições de ordem creditícias a serem adotadas pelo Banco do Brasil, complementares às que já foram adotadas, e possivelmente outras medidas complementares, inclusive até a desapropriação de rebanhos ou a requisição de rebanhos para assegurar o abastecimento.

Campus: Com a medida tomada pelo Governo de isentar o pecuarista do ICM, o abastecimento de carne no País normalizaria?

Madsen: — No meu entender particular, não será uma solução para o abastecimento, pode ser uma medida paliativa, complementar, para ajudar nessa regularização. Mas a medida sozinha não teria o poder de regularizar o abastecimento.

Campus: O senhor acredita que a Sunab tem estrutura para colir a especulação com alimentos principalmente nos supermercados?

Madsen: — Nós fizemos 170 mil fiscalizações de fevereiro até agora, com nossa equipe de trabalho. Nós fizemos 60 mil autos de infração. Temos multas aplicadas e arbitradas de valor superior a 220 milhões de cruzados, então a uma folha de serviços. Nós podemos, com muito orgulho e vaidade, dizer que a Sunab realmente deu uma parcela significativa no sucesso da execução do plano cruzado.

Campus: Porque a Sunab até hoje não aplicou a Lei delegada nº 4 em cima dos especuladores?

Madsen: Há um erro de interpretação quando se coloca que a lei delegada nº 4 ainda não foi aplicada. Ela prevê dois tipos de penalidade multas que são estabelecidas segundo uma determinada graduação, e intervenção e interdição dos estabelecimentos, de três a noventa dias no máximo. A lei delegada nº 4, também prevê a possibilidade de requisição ou desapropriação de estoques de produtos, para garantir a regularidade de abastecimento. Mas quando se fala em aplicar a lei delegada nº 4, se entende normalmente que isso é a desapropriação de estoques, o que não é verdade. Quando nós estamos multando um estabelecimento ou quando o interditamos, nós estamos aplicando a lei delegada nº 4.

Campus: A população tem se queixado constantemente de que nenhum dono de supermercado tenha sido processado por aumento de preço. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

Madsen: Essa colocação é possivelmente verdadeira. Não é totalmente verdadeira porque eu tenho informações de que o

presidente da Associação de Supermercados foi processado e condenado por prática de majoração de preços em Minas Gerais. Sobre isso, cabe uma ressalva: a Sunab aplica a lei delegada nº 4, e as nossas penalidades são de multas e interdições. Nós tivemos um grande número de interdições de estabelecimentos. Os recordistas de interdição de estabelecimento na Sunab, são exatamente supermercados de maior porte, porque são os que têm maior número de filiais. O processo, a prisão, são possíveis dentro da aplicação da lei nº 1.521 de economia popular. Essa lei é de aplicação pela Secretaria de Segurança dos estados. A Sunab não pode aplicar essa lei. Ela não tem competência para isso.

Campus: Quais as medidas tomadas para punir os fabricantes que, desrespeitando a tabela, vendem produtos de baixa qualidade como se fossem de primeira?

Madsen: E a mesma penalidade que se aplica no comerciante que vende um produto fora do preço no mercado: multa e intervenção do estabelecimento, a mesma penalidade que estariam sofrendo por majoração de preços.

Campus: A Sunab tem como fiscalizar a qualidade dos alimentos?

Madsen: Nós temos já trabalhado com outros órgãos. Com a Secretaria de Saúde dos estados, com a Imetro, para essa fiscalização. Estamos agora fazendo convênio com esses órgãos para acertamos em definitivo.

Campus: Como anda a fiscalização no interior?

Madsen: Hoje, a Sunab só pode fiscalizar o interior através da colaboração das prefeituras. Nós temos missões fiscais no interior feita com o apoio das Secretarias de Fazenda dos estados. Mas essas missões não são suficientes para a cobertura de todo o nosso espaço geográfico. Então, só os convênios com as prefeituras possibilitam uma cobertura melhor. Na reformulação da estrutura da Sunab, a idéia é ter fiscais sediados nos municípios de mais de 200 mil habitantes e, nos municípios com menos de 200 mil, nós teremos missões volantes de fiscalização varrendo o interior.

Campus: Com a implantação do plano cruzado foram proibidas as contratações de funcionários de órgãos públicos. Como é que o Governo pretende contratar 11.500 fiscais para atender a Sunab?

Madsen: A Sunab não vai contratar ninguém, e nem o Governo Federal. O que nós vamos fazer, simplesmente, é a redistribuição de funcionários ociosos de outras áreas, porque nós temos diversos órgãos sendo total ou parcialmente desativados. Com a Reforma Administrativa, então nós vamos fazer juntamente com o Ministério da Administração um trabalho de seleção, treinamento e redistribuição destes funcionários ociosos de outros órgãos, para as atividades da Sunab.

Campus: Para finalizar o Sr. acredita que com a contratação de 11.500 novos fiscais com uma maior fiscalização e controle, o abastecimento no País pode ser regularizado até o final deste ano?

Madsen: A ampliação do quadro da Sunab vai melhorar a fiscalização, isso não significa que vai melhorar o abastecimento. O abastecimento é muito mais complexo, do que esse trabalho de fiscalização. Mas, paralelamente a esse trabalho de ampliação de quadro da Sunab, o Governo está propondo fazer uma total reforma também nessa estrutura da política de abastecimento do Governo. Nós temos hoje uma multiplicidade de órgãos que estão superpostos, que estão sem condições adequadas de operar, e o Governo federal não vai fazer apenas um trabalho de reestruturação, da Sunab. O Governo se propõe a fazer também um trabalho de reforma muito ampla de todos esses órgãos.

Abastece

Governo cerco não re

Dentro do universo de produtos que se desintegraram das prateleiras dos supermercados do país, triunfa o boi gordo, principal responsável pelas críticas ao trôpego Plano Cruzado. Na tentativa de dar nome aos gordos, bois sabotadores da vulnerável estabilidade do abastecimento, o governo mais uma vez dispara contra a iniciativa privada e embrulha outro pacote, no qual nem a própria equipe econômica acredita. Reduz drasticamente o ICM como forma de incentivar os bois a saírem do casulo, e promete aos estados uma recompensa pelo sacrifício, recompensa que certamente virá do já tão esburacado Tesouro Nacional. Paralisa as operações com boi gordo e garrote na Bolsa de

cimento

o fecha mas resolve

Mercadorias, creditando aquele mercado toda a especulação em torno da carne. E declara em ameaças tronitantes — confirmando sua descrença — que não hesitará em soltar a Polícia Federal nos pastos brasileiros a laçar bois entesourados, tal qual o regime militar em 1965. Neste momento, o governo parece ter se esquecido da letargia de sua própria máquina. O xerife do abastecimento, Ericksen Madsen, superintendente da desfalca da Sunab, fala ao Campus das dificuldades enfrentadas pelo órgão, enquanto João Bosco Ribeiro, secretário executivo do Cinab, explica à população o porquê do regime vegetariano.

“A longo prazo, temos que aquecer a economia. Assim o trabalhador brasileiro terá uma remuneração adequada, para pagar o preço necessário ao produtor. A curto prazo...”

“Emergência justifica delegada”

ANA PAULA PADRÃO

Campus — Existe uma crise de abastecimento no país?

João Bosco — Existe uma crise com relação a alguns produtos. Temos que entender o abastecimento como um processo dinâmico, que se altera neste momento principalmente em função do aquecimento da economia resultante do Plano Cruzado. Na verdade, há um aumento de demanda acentuado em alguns produtos, o que é resultante do aumento da massa salarial. A população brasileira tem condições de adquirir alimentos cuja demanda era reprimida ao longo dos últimos anos devido a uma política de compressão salarial.

Campus — O senhor está creditando ao consumidor a responsabilidade pela crise no abastecimento?

João Bosco — Não, absolutamente. Nós temos que entender o abastecimento da seguinte forma: um lado é o do consumidor. Essa é a política do governo, de manter o preço ao consumidor. Este é um ponto inextorável, o tabelamento, o congelamento. Mas do outro lado temos o problema da oferta. A população aumentou seu poder de compra, a economia se aqueceu, o número de empregos aumentou, há uma demanda maior. Qual era a lógica dos outros governos para resolver o problema? Simplesmente rebaixar os salários e o poder de compra. Hoje, se dá resposta a isso através da oferta. Mas a oferta tem alguma rigidez em determinados produtos. Internamente, alguns produtos têm a capacidade de agir rapidamente, outros exigem um certo prazo de maturação. Para estes produtos, nós temos que lançar mão da importação. Mas a importação tem todos os aspectos de infraestrutura e de logística de internação dos produtos.

Campus — O governo sabia que necessitaria, no caso da carne, de 250 mil toneladas de estoque regulador, principalmente por causa do abate de matrizes ao longo dos últimos anos, da seca de dizimou parte do rebanho nordestino, e ainda com o agravante do aumento da demanda com o Plano Cruzado. Porque a importação demorou tanto?

João Bosco — Com relação aos produtos básicos, o governo detém um estoque razoável e está administrando com certa eficiência. Por exemplo com relação ao leite. Quanto à carne, devemos destacá-la como um produto especial, e reportar à história da pecuária. A pecuária brasileira está há dez anos sem desenvolvimento tecnológico, performance baixa, e talvez isso tenha sido uma distorção na forma do governo enxergar o setor. Foi um setor muito sensível à especulação e ficou estagnado. E existem aspectos próprios do setor que são a sazonalidade, a entressafra e o abate de matrizes que se reflete hoje. O aquecimento da economia levou a um investimento no setor. Como nós temos um meio escasso que é a matriz, um bem de capital que produz, tivemos a retirada do mercado das matrizes que não poderiam ser abatidas. Isso significa cerca de 35 por cento dos abates. Tivemos o nordeste que começou a recompor seu rebanho, e o aumento do consumo que foi acima de qualquer previsão. Talvez a falta de um estoque regulador no momento oportuno...

Campus — Então o governo admite que demorou na importação?

João Bosco — Não é que tenha demorado. Ele deveria ter entrado na entressafra com o estoque, que tem a orientação de se formar com a safra interna. Quando se verificou que a safra interna não deu resposta, passou-se à importação. Mas temos que entender que existe um elemento especulativo. O pecuarista é balizado por parâ-

metros que muitas vezes o especulador fixa. Este elemento especulativo é o que o governo está querendo retirar do setor. A importação é uma solução emergencial, circunstancial. Não temos condições de abastecer o país de carne importada. O que se tem que fazer é retirar a especulação para que o setor tenha um balisamento normal, e fazer um programa como o presidente Sarney já orientou, elaborado por uma comissão interministerial para o desenvolvimento da pecuária. O governo está estudando um programa de incentivo a médio prazo, para que nós tenhamos uma estabilidade de produção. Não podemos fazer um plano de abastecimento baseado na importação de produtos básicos. A médio prazo, temos que agilizar o contato produtor-consumidor, evitando sempre que possível o intermediário, a especulação.

Campus — No caso do mercado futuro, nem a importação do governo nem a liberação da importação pela iniciativa privada conseguiram conter a especulação. Quem especula no mercado futuro?

João Bosco — O mercado futuro é um mecanismo usado por todos os países desenvolvidos, mas ele tem que refletir uma verdade correta. O que se verificou no caso do boi, é que apesar deste mercado representar uma parcela pequena do contexto, ele era balizador de preços e tinha interesse em puxar os preços para cima, apenas por especulação financeira, sem base física.

Campus — A redução drástica de ICM não significa uma vitória dos pecuaristas? O governo está admitindo que errou em prejuízo do setor, ou está cooptando o setor porque precisa dele no dia 15 de novembro?

João Bosco — Não tem nada a ver com o 15 de novembro. Em todos os setores o principal é o consumidor, e ele está com o governo. Ele está vendo que o governo está tentando agilizar sua máquina, que é emperrada, está vendo o esforço no sentido de garantir preço ao consumidor. O Plano Cruzado foi um corte na economia num determinado momento, e foram necessários ajustes desde então. O pecuarista trabalha com um bem escasso e com a moeda boi. Houve um excesso de investimentos desde fevereiro, que aqueceu o preço do boi magro, que é o que repõe o boi gordo. A redução de ICM é uma medida que vem ajustar o setor a partir deste parâmetro. Não foi uma derrota do governo. Eu não vejo um confronto entre governo e pecuaristas. Há um confronto do governo com os sonegadores e especuladores. A derrota é destes setores especulativos. Estamos passando o ponto crítico, como passamos no caso do leite, e existem caminhos para o futuro. O setor de frangos teve um grande aumento de produção, e o governo está estudando um programa para o frango, um programa para o confinamento do boi em pé...

Campus — ... que já deveria ter sido feito este ano...

João Bosco — Sim, mas este ano as soluções tiveram que ser emergenciais, devido ao Plano Cruzado.

Campus — A retenção de boi gordo no pasto está ligada de alguma forma à pressão de grupos contrários à Reforma Agrária?

João Bosco — Eu acredito que sim, porque existe um índice de ocupação necessário. Não digo que generalizadamente, mas pode acontecer de determinados elementos donos de grandes quantidades de terra, passarem também a adquirir bois para maquiara as terras e satisfazer o índice exigido pelo INCRA. O objetivo principal deste elemento hoje é garantir a posse da terra e não a pecuária. O que eu vejo é que posições radicais como estas, ou dos especuladores embaralharam a pecuária. Temos que ver a verdade de cada setor. Se pinçar-

mos alguns elementos como representativos do setor, poderemos ter uma imagem distorcida. O governo tem que ter o bom senso de enxergar a verdade de cada setor, é por isso que foram feitos os levantamentos da Receita Federal e da Polícia Federal. A decisão correta virá se estivermos munidos de informações seguras.

Campus — Mas existem distorções dentro do próprio governo. O senhor acredita que houve corrupção na Cobal dentro do episódio de distribuição da carne importada?

João Bosco — Não diria que houve, o governo está atento. A máquina estatal é difícil, há inércia. A iniciativa privada, se estivesse atuando neste aspecto seria mais eficiente, mas não muito mais eficiente. Descarregar um navio, colocar a carga num determinado local, distribuir, separar, isto está vulnerável a desvios, mas existe toda uma atenção para corrigi-los. E o governo está procurando um balisamento para que a iniciativa privada possa agir. O governo não pode deixar livre. Tem que taxar os produtos importados, de forma a equalizar os preços internos. No caso do leite. Os preços de mercado externo são muito mais baixos que os daqui. Se não se taxa a importação, o produtor fica prejudicado. Temos que dar condições ao produtor.

Campus — A lei delegada será aplicada?

João Bosco — É uma das alternativas, mas sua aplicação tem dificuldades operacionais. Mas é um mecanismo a disposição do governo, e será usado caso seja necessário. Claro que é um mecanismo emergencial.

Campus — E ainda não há uma situação de emergência que justifique a aplicação da lei?

João Bosco — Sim, a situação hoje está colocada num patamar onde todos estes mecanismos são justificáveis. Agora, cabe às autoridades superiores aplicá-las. A situação do abastecimento é prioritária para o governo. Temos quase todos os produtos regularizados, mas há uma demanda artificial de alguns produtos por uma psicose de estocagem. O consumidor deve se conscientizar em não pagar o ágio, e não estocar, para que a situação se normalize.

“Existe um ponto que é inextorável para o governo, que é o tabelamento, o congelamento. Mas, do outro lado, existe o problema da oferta. No caso da carne, o governo deveria ter entrado na entressafra com um estoque regulador, mas a produção interna não respondeu. Então veio a importação, que foi uma solução emergencial. Nós não temos condições de abastecer o mercado do país com carne importada. Houve falta de estoque regulador no momento oportuno.”

ABASTECIMENTO

Um corpo a corpo que não tem fim

JUNIA MELO

Aonde está o ponto de estrangulamento que tem gerado a grave crise de abastecimento do país? Produtores, comerciantes, atravessadores, industriais e consumidores, todos, atados pelo congelamento, se sentem prejudicados. O produtor tanto reclama do governo como acusa o atravessador e até mesmo o consumidor. Para o consumidor, o pecuarista e o grande industrial são símbolos da sonegação e esses acusam o governo de ter tabelado os preços abaixo dos custos de produção, numa acusação generalizada que não tem mais fim. Vejamos alguns lados da briga.

CREDENCIAL DO CONSUMIDOR

Muito mudou na vida do consumidor brasileiro. Por um lado, seu poder de compra aumentou mas passou a faltar o que comprar. O mais significativo, no entanto, foi o desencadeamento do processo de mobilização através do credenciamento dado pelo presidente Sarney que clamou os seus fiscais a exercer os seus direitos. As organizações em defesa do consumidor ganharam força e começaram a cobrar soluções do governo.

No VII Encontro Nacional de Entidades de Defesa do Consumi-

dor, realizado no início de setembro, em Porto Alegre, por exemplo, cerca de 50 entidades garantiram o total respaldo da população para que o governo adote medidas mais drásticas, como a aplicação da polêmica Lei Delegada nº 4, que permite o confisco de bens e mercadorias. Além disso, foi sugerido a proibição do lançamento de produtos novos, pelo menos, por seis meses, a ser encaminhado ao Conselho Interministerial de Preços e a necessidade de uma campanha governamental de esclarecimento da população contra o pagamento de ágio e também contra a estocagem de alimentos, que começa a se tornar um hábito corriqueiro e perigoso entre a classe média.

A diretora do Grupo Executivo de Defesa do Consumidor — Procon, em Brasília, professora Elisa Gonçalves, justifica essas medidas em função da existência do que ela chama de “um boicote do poder econômico”, desafiando 80% da população beneficiada pelo Plano Cruzado. Elisa atribui o boicote, sobretudo, aos pecuaristas, e aos grandes industriais (responsáveis pelos produtos maquiados), mas generaliza a falta de escrúpulos de outros produtores, atravessadores e comerciantes.

A necessidade de medidas policiais, segundo ela, é importante no momento, mas passagel-

ro. Ela projeta que o ideal, é fazer com que o consumidor adquira os meios de auto-defender, através de um processo de conscientização que o Procon espera poder desencadear, a médio e longo prazos, junto às escolas, associações civis, sindicatos, o que ainda é uma ousadia para o órgão.

ATRAVESSADOR

Também está na conscientização e na educação a solução da crise para o pequeno produtor e comerciante Leonardo Friedrich, representante da União de Produtores da Vargem Bonita, em Brasília. Nesse aspecto, o pensamento de Leonardo vai ao encontro ao da professora Elisa, mas difere fundamentalmente em seu diagnóstico. Ele acha, por exemplo, muito relativo acusar o comerciante ou atravessador de estar roubando, pois “ninguém trabalha de graça e tem de tirar seus custos operacionais”, afirmando não existir condições de ser produtor e comerciante ao mesmo tempo. Ele mesmo é um exemplo disso. Há pouco mais de um ano, ele tem deixado de lado sua chácara de 5 ha onde há 11 anos produz hortigranjeiros, para se dedicar a sua firma de comercialização num box da Ceasa-DF.

Isso comprova a tese de um dos

CÉSAR MENDES



diretores da maior central de abastecimento do Brasil, a Ceagesp. Luís Carlos Guedes, diretor de operações entre postos, considera “poesia, uma ilusão” a existência de uma cadeia que envolva apenas o produtor e o consumidor e argumenta que na Ceagesp apenas 6% dos comerciantes que movimentam 10 mil toneladas de alimentos, por dia, são pequenos produtores. O problema, para ele, está na falta de uma política agrícola estável que dê segurança para o produtor, ressaltando que o governo avançou com o pacote agrícola, mais ainda é incipiente. “É preciso que exista uma política de preços mínimos que beneficie realmente o pequeno produtor e não apenas os de grande porte”, afirma.

Gumerindo Kenjo, nissei de São Paulo, se dedica há 20 anos ao cultivo de hortigranjeiros que vende na Ceasa-DF, ilustra bem essa falta de política expressa por Luís Carlos. Kenjo sente na pele a demora para obter o crédito agrícola. “Quando a gente consegue, já passou o tempo da plantação”, diz ele. Kenjo é cético

quanto ao Cruzado e se pergunta “o que o governo está fazendo que sumiu tudo?”, com referência aos equipamentos agrícolas, adubos químicos e canos para irrigação. A única explicação que ele vislumbra é a possibilidade das indústrias estarem segurando os produtos até março, à espera do descongelamento. Kenjo acha ainda que tem muita mercadoria com o preço errado que ele atribui aos técnicos que “inventam os preços lá em cima e fazem tabelas cada uma pior que a outra”.

Leonardo também se ressentia das tabelas da Sunab que são revista periodicamente sem as quais ele não define os produtos a ser cultivado. A depender do preço final, ele calcula se seus custos compensam para então cultivar a plantação. Leonardo vai mais além e culpa também o consumidor pela oscilação dos preços por ele não saber comer e estar mal habituado a comer apenas certos produtos, não importando se eles estão na época ou não, “como mulher grávida que tem desejo”, compara.

Você sabe o que é o Cria/Com?

É um laboratório de genética?

É um serviço de proteção ao consumidor?

É um Centro de Recuperação de Impotentes Anônimos?

Não é nada disso. É o Centro de Realização de Idéias e Apoio, formado por um grupo de alunos da publicidade, que pretende experimentar de tudo: slogan, vinhetas, anúncios, logotipos, enfim, todo tipo de lance publicitário que pinte na UNB.

CRIA

JOÃO CARLOS FONTOURA

Conhecida como a "invasão da Colina", a Vila Xavier é uma comunidade onde convivem 26 famílias distribuídas em 23 barracos sem luz, água, esgoto e com a constante ameaça de serem despejadas ou removidas.

O terreno que ocupam na 810 Norte, próximo à "Colina", onde residem professores da Unb, pertence ao Governo do Distrito Federal. O GDF, através da Terracap, limitou-se a fazer o cadastramento de algumas das casas há dois anos e realizou o aterramento de uma erosão que impedia a finalização da via L3 através da Novacap. Esse episódio quase resultou no despejo das pessoas que ali moravam, na época da gestão do governador José Ornelas.

Foi exatamente essa erosão que deu origem à Vila quando em 1976, alguns ex-moradores da Vila Paranoá e de outras "invasões" encontraram no local um abrigo contra os assédios das autoridades que vêm protelando uma solução definitiva para os problemas de moradia das populações mais carentes. Trata-se daquela parte da sociedade que não têm condições de pagar aluguel, nem o direito a um terreno onde possam construir suas próprias casas com um mínimo de infraestrutura.

Reunindo funcionários da Funda-

ção Educacional e da UnB, vigias, guardas noturnos, apanhadores de ferro e garrafas, costureiras, lavadeiras, aposentados, donas-de-casa (a maioria das mulheres é impedida de trabalhar por não terem com quem deixar seus filhos), a Vila Xavier possui hoje 340 moradores (conforme cadastramento da campanha do leite, promovida pela Secretaria de Saúde). Essas pessoas têm conseguido resistir no local graças ao empenho de seus fundadores, alguns já falecidos, como Antônio Xavier, homenageado pelos moradores com o nome dado à Vila. A comunidade está reunida em uma Associação, a melhor alternativa encontrada para superar as dificuldades que enfrentam.

Através do presidente dessa Associação, Francisco de Assis da Silva, eleito pela própria comunidade, foi possível tomar conhecimento de alguns problemas que assolam a Vila. O abastecimento de água, por exemplo só é possível graças à boa vontade do padre de uma paróquia das proximidades que permitiu que os moradores puxassem uma "bica" dos fundos da igreja. Francisco afirma que esta é uma solução paliativa pois "seguidamente chegamos a ficar dias sem água quando o padre se ausenta e os registros são fechados". Ele também chama a atenção para a falta de urbanização que faz com que as crianças convivam em meio a esgotos. Há tam-



A Vila reúne todo tipo de trabalhador desde o vigia até a dona de casa que sem ter com quem deixar os filhos, quase sempre não pode arrumar um emprego fora.

bém falta de luz elétrica, o que obriga à utilização de lâmpões que põem em risco a segurança dos barracos. Mas o líder da comunidade enfatiza: "Não somos invasores. Até nossos filhos sofrem com essa condição que nos impuseram. Somos posseiros urbanos e esperamos que através da Reforma Agrária e da Constituinte nossos direitos também sejam assegurados".

Moradores da Vila Xavier esperam solução do GDF

JOÃO CARLOS FONTOURA



Caçar moradia, aventura de Geni

JOÃO ANDERSON ALVES

Depois de perambular pela periferia de Brasília, dona Geni Sousa de Oliveira, 38 anos, separada, mãe de nove filhos, com sete vivos, enfim está morando no centro da Capital Federal. Ela veio de Patos de Minas para Brasília em 1966 e foi morar na Vila Dimas, em Taguatinga. "Vim tomar de conta de um barraco de um conhecido", que logo o pegou de volta para morar. Geni conta que foi obrigada a ir morar numa invasão perto do Sesi de Taguatinga, de on-

de saiu para ganhar um lote no setor leste do Gama, doado pelo DI. Mas a alegria durou pouco, lamenta: "Meu marido vendeu o lote e voltamos para Patos, e ele dois meses depois abandonou a família, voltando para Brasília".

"A vida ficou difícil, só o mais velho trabalhando..." Geni pegou cinco dos filhos e voltou também para Brasília, entregou-os para uma comadre em Alexânia-GO e foi morar no Gama com outra comadre até arrumar um emprego. Após arranjar um serviço na firma de limpeza, Selecta, onde trabalha até hoje, foi buscar os filhos, trazendo desta vez só dois deles. Expulsa pelo marido da comadre da casa onde estava, ela partiu para o aluguel. Alugou um barraco de fundo, que o dono logo pediu de volta para parentes seus. A procura de barraco para alugar e não encontrando, demorou a desocupar o cômodo em que

morava. O proprietário colocou os parentes para morar com ela, obrigando-a sair, desabafa Geni.

"Não dava mais, fui obrigada a invadir uma casa no Novo Gama". Segundo Geni, a alegria foi geral quando apareceu um engenheiro da Economisa e disse que ela poderia comprar a casa, do mesmo tamanho da tristeza quando foi preparar para assinar o contrato e soube que estava com o "nome sujo" no DPC. "Sem nunca ter comprado a prestação", diz ela. Foi outra vez obrigada a deixar aquela casa e alugar um quarto em Pedregal-GO, que com uma simples chuva caiu em cima dos meninos, enquanto ela trabalhava fora "mas que com a graças de Deus nenhum deles se machucou". Hoje morando na Vila Xavier ela se diz preparada para qualquer hora sair para mais uma aventura em busca de moradia.

Quem já bebeu água no Tororó?

ADRIANA VASCONCELOS

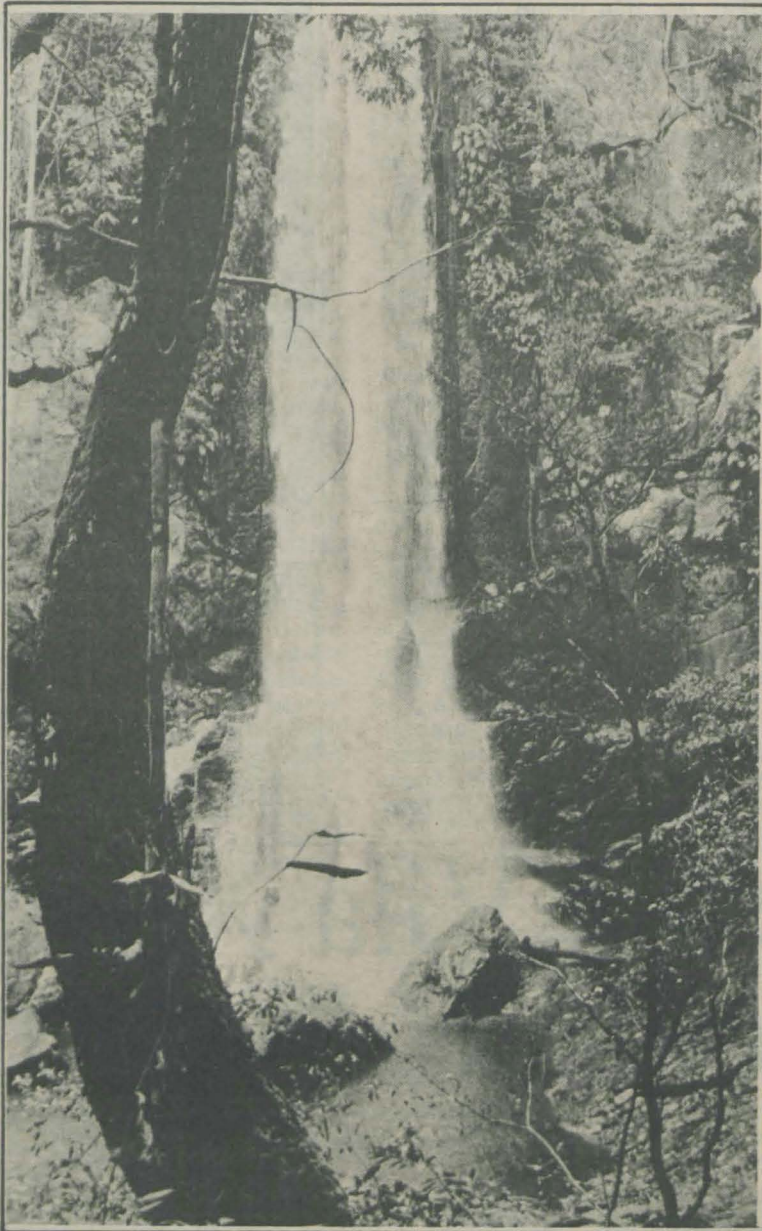
"Eu fui no Tororó beber água não achei". Este é começo de uma antiga canção de ninar, que geralmente as mães cantam a seus filhos. Porém aqui em Brasília, quando alguém diz que foi ao Tororó, pode-se não estar fazendo qualquer alusão à cantiga e sim a mais uma cachoeira, onde o brasiliense se refresca nos dias quentes do período da seca no Planalto Central.

A Brasília do Memorial JK, do Panteão da Democracia ou dos inúmeros clubes é a cidade do cartão postal que o Brasil e o mundo conhecem. Mas para o morador de Brasília, que já visitou os monumentos e não é sócio de algum clube, o que lhe resta é a curiosidade de sair pelo cerrado a dentro atrás de um lugar bonito onde possa aproveitar o sol nos fins de semana e feriados.

Em sua busca o brasiliense encontrou recantos agradáveis, onde se pode ter um contato maior com a natureza. Tororó, Itiquira, Poço Azul e muitas outras. São todas cachoeiras e ficam a pouco mais de 40 minutos do Plano Piloto. Rodeadas de uma vegetação fechada que, entre folhas e galhos, deixa os raios solares chagarem até cursos d'água transparentes e frios.

O Tororó é atualmente bastante procurado por grupos de jovens que passam o dia na cachoeira. Outros frequentadores assíduos do local são

EDISIO MATOS



motoqueiros, pois estes aproveitam a estrada de terra que os leva até a cachoeira para fazer trilha, ou seja, seguir caminhos acidentados onde testam sua perícia como motorista.

EXPLORAÇÃO

A procura dessas cachoeiras está aumentando a cada

dia algumas empresas e fazendeiros já começaram a exploração comercialmente desses pontos alternativos de turismo. O Poço Azul e Itiquira são exemplos claros da comercialização que vem se implantando, onde se pagam taxas para chegar até a cachoeira. O Tororó ainda está livre das taxas, mas não se sabe até quando.

Caverna: aventura e perigo

SANDRA SATO

Aventurar-se a visitar uma caverna sem alguém que já a tenha explorado significa expor-se a perigo e deixar de ir a locais belos por desconhecer, por exemplo, que através de uma pequena passagem pode-se chegar a um lago, informa Maurício Carvalho, do Grupo de Resgate e Exploração de Cavernas (GREC). O GREC, que se reúne todas quintas-feiras às 20:30 horas, no CA da Biologia, dispõe-se a acompanhar os interessados.

Para ir a uma caverna (nunca ir sozinho) deve-se usar sapato bastante aderente, tipo tênis ou bota com aderente, calça de tecido bem resistente, camisa que proteja de arranhões sem tirar a liberdade de movimentos, um meião por cima da calça, para evitar a entrada de terra, pedra ou até mesmo algum animal, e um capacete, peça fundamental, para proteger a cabeça das pontas e eventuais quedas. Deve-se, ainda, estar equipado com pelo menos uma boa lanterna e carga extra de pilha ou bateria e lâmpa-

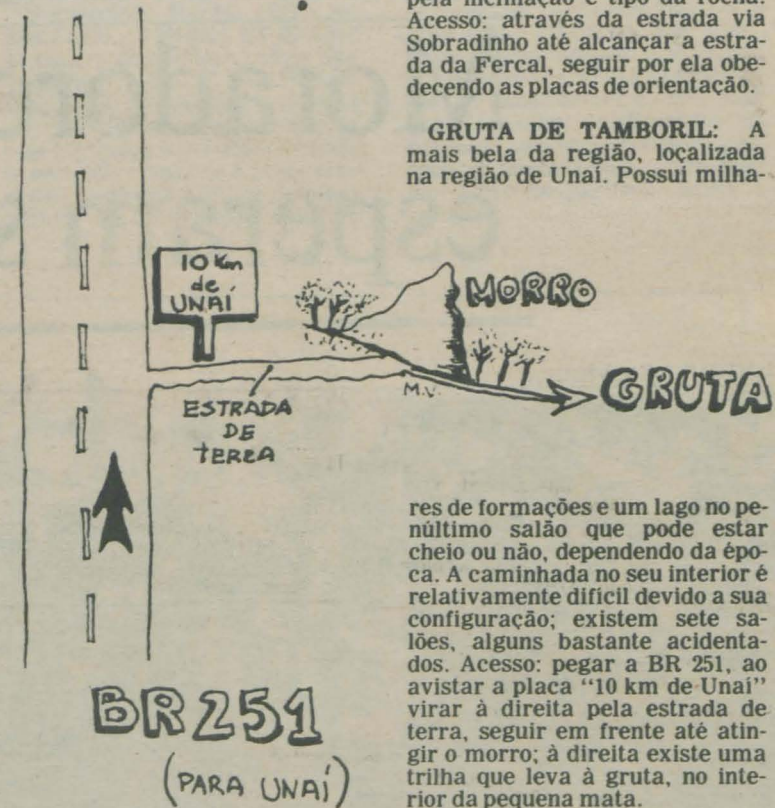
da, além de corda que auxilia na passagem de locais difíceis.

Roteiros

GRUTA DOS ECOS: Localizada no município de Corumbá de Goiás, esta gruta tem uma formação bastante incomum, muito ingrime e acidentada com um chão muito escorregadio. No seu penúltimo salão existe um grande e profundo lago; não é aconselhável atravessá-lo porque vai dar no salão dos Morcegos, onde há em abundância tais animais. Acesso: pegar a BR 070 até chegar a Corumbá de Goiás, onde vira-se à direita na primeira estrada de terra. Após aproximadamente 6 Km encontra-se a gruta, que fica à direita desta estrada. É necessária autorização para entrar, porque a gruta fica no interior da Fazenda Cuiabá.

PEDRA ENCANTADA: Uma gruta tipicamente calcárea, que foi escavada pelo ribeirão Contagem, nas proximidades da fábrica de cimento Tocantins, na DF-7. Gruta fácil de ser explorada pela inclinação e tipo da rocha. Acesso: através da estrada via Sobradinho até alcançar a estrada da Fercal, seguir por ela obedecendo as placas de orientação.

GRUTA DE TAMBORIL: A mais bela da região, localizada na região de Unai. Possui milha-



res de formações e um lago no penúltimo salão que pode estar cheio ou não, dependendo da época. A caminhada no seu interior é relativamente difícil devido a sua configuração; existem sete salões, alguns bastante acidentados. Acesso: pegar a BR 251, ao avistar a placa "10 km de Unai" virar à direita pela estrada de terra, seguir em frente até atingir o morro; à direita existe uma trilha que leva à gruta, no interior da pequena mata.

Paranoá já dá pedal e veleiros

MARGARETE VITÓRIA

Imagine, meu caro leitor, você num dia de muito sol em frente ao Lago Paranoá com aquele desejo de deslizar sobre as águas. Para quem não tem seu próprio veleiro, a Aqualândia Empreendimentos pode tornar o seu desejo, realidade. Trata-se de uma firma especialista em diversões aquáticas que incrementou o pedaço do Lago localizado ao lado da Ponte (Ponte Velha). Pedalinhos, veleiros, moto e bicicleta aquáticas são uma das delícias que o empreendimento oferece, além de um passeio de barco pelo Lago Paranoá.

A iniciativa partiu de três jovens moradores da cidade que não viam muita opção de lazer em Brasília. Ricardo Costa, 26 anos, comerciante e um dos responsáveis pelo empreendimento, explica que o Lago Paranoá é

uma boa opção de turismo, apesar de ainda ser pouco explorado para essas finalidades. Com o objetivo de incentivar o seu uso pela população, foi feita uma sociedade com o proprietário da Toscana Turismo, Custódio Toscano, que já tinha a concessão do GDF para explorar a área turística. Custódio chegou a proporcionar um barco para passeio mas não levou a idéia a cabo. O projeto iniciado em julho desse ano ficou a cargo dos três sócios que investiram em média Cz\$ 3 mil de recursos próprios para construir a Aqualândia.

Apesar de ainda não ter havido um retorno financeiro, Ricardo pretende crescer com o projeto. Além do barco a motor com som ambiente que faz o trajeto Ponte Velha-ASBAC, aos sábados e domingos com almoço à bordo será construído um restaurante à beira do Lago. A infraestrutura do

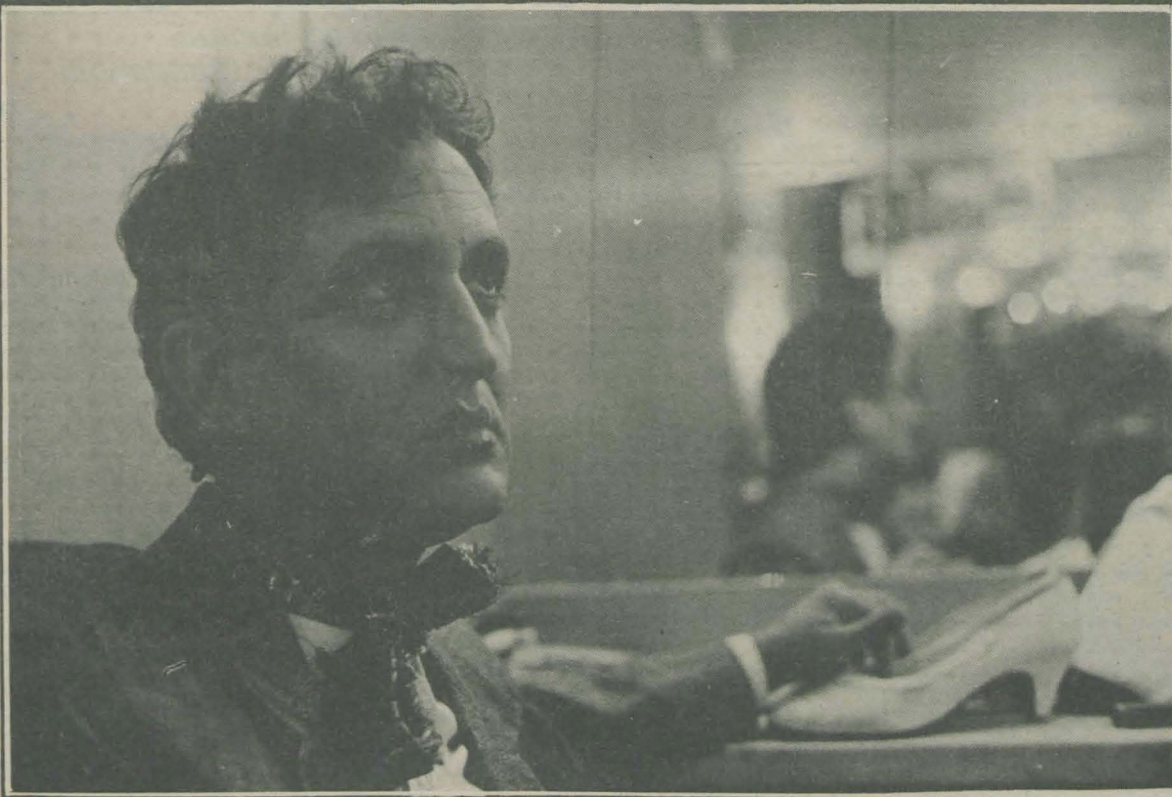
local será melhorada com a implantação de banheiros e a urbanização receberá ainda um toque final, possibilitando a abertura do local durante a noite. A próxima invenção da firma para quem quiser passear no Lago será o paraquedas aquático puxado por uma lancha. Os passeios custam de vinte minutos Cz\$ 20 para uso de pedalinho e Cz\$ 300 a moto aquática, que exige experiência do usuário.

Para manter a infraestrutura do empreendimento, utilizando diariamente sobretudo pelos moradores do Lago, os sócios se utilizam do dinheiro arrecadado das empresas que fazem propaganda nos equipamentos, como é o caso da Antártica. Ainda como alternativa de retorno financeiro, a empresa preparou um pacote negociado com as escolas que permite aos estudantes desfrutarem do local a um preço acessível, com direito à lanche.

SUSANA DOBAL



FOTOS: SUSANA DOBAL



O cômico está indo

SUSANA DOBAL

Depois de 16 anos em que se consagrou como ator cômico em Brasília, Alexandre Ribondi resolve partir para outra linha de trabalho. Quando voltar de viagem depois da temporada de "Crêpe Suzette 2", ele quer atuar como ator e diretor em peças que se voltem para o mundo psicológico dos personagens, temas que acha pouco explorado no teatro brasileiro. Como ator cômico, Ribondi é capaz de fazer o público rir só em aparecer naturalmente comendo milho em "Obscenias", curta de João Lanari. Tem também um público cativo sempre presente às apresentações de "Crêpe Suzette 2", em cartaz no Teatro Aluisio Magalhães.

Na entrevista, ele fala das dificuldades de produção em Brasília, do falso incentivo da Lei Sarney, do humor da sua peça e dos seus planos. O público brasileiro perde o cômico, mas não o ator e diretor: Ribondi faz questão de dizer que é um ator daqui e que seu trabalho está todo voltado pra Brasília. Quanto à possibilidade de ir para o Rio ou para São Paulo, ele responde: "O estrelato é uma coisa que não me fascina. Teatro não é exibicionismo".

Campus: O público de Brasília ainda tem preconceito contra as produções locais?

Ribondi: Isso acontece mas é apenas a ponta de um "iceberg". Se você considerar que nesse país o adjetivo "brasileiro" só passou a existir no século passado, você vai ver que a questão é muito maior. Se aqui nós respeitamos o que vem do Rio e de São Paulo, lá eles valorizam o que vem de Nova Iorque e da Europa. Eu acho que há uma ansiedade muito grande no brasileiro de negar a si mesmo e isso deve acontecer em países fortemente colonizados como o nosso. É natural então que haja um reflexo disso aqui em Brasília; que a produção local seja recusada pelo público brasileiro, já que a produção nacional como um todo também é recusada pelo brasileiro.

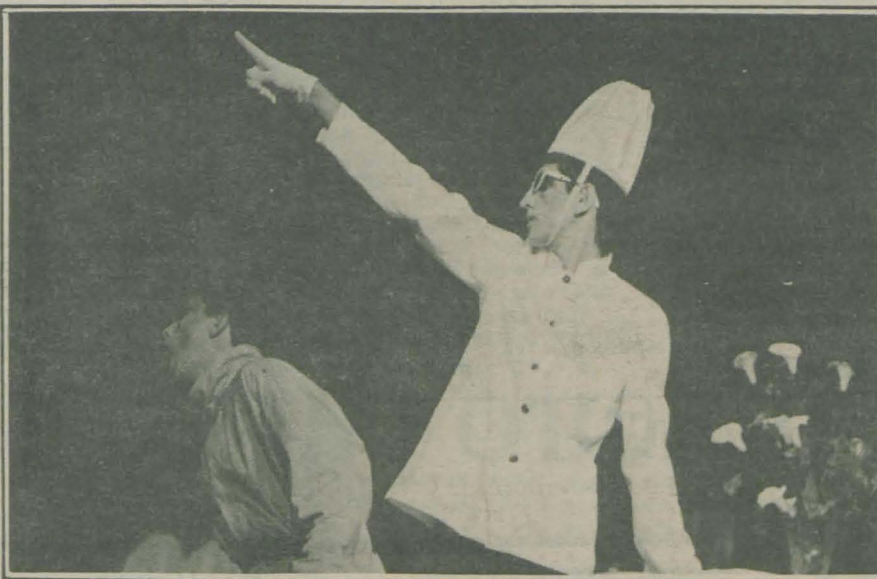
Campus: Mas o público também não é o único culpado. E a qualidade das produções?

Ribondi: Teatro ruim e teatro bom existem em todas as partes. O que falta à gente é uma continuidade que dê segurança ao público.

Campus: "Crêpe Suzette 1" deu um bom público e agora "Crêpe Suzette 2" também está dando. Já é uma tradiçãozinha que está se formando.

Ribondi: Mas nós não conseguimos manter isso por muito tempo. Em outra cidade, um espetáculo como esse ficaria muito mais tempo em cartaz. Aqui, se a gente quisesse usar uma sala da Fundação Cultural, eles só dariam uma semana e isso não dá retorno nem financeiro nem profissional. O jeito é usar um teatro que fica longe, que tem problema de divulgação, etc. Além disso, na produção nós gastamos uns 30 mil cruzados que vieram, do bolso dos produtores e dos atores.

Campus: Vocês chegaram a pedir patrocínio alegando os benefícios da Lei Sarney?



Crêpe Suzette II, peça de Alexandre Ribondi (foto acima) e Marcos Bagno, está em cartaz no Teatro Aluisio Magalhães.

Ribondi: fizemos isso e ouvimos pequenas gargalhadas de escárnio. "Ha, ha! Lei Sarney? Ha, ha!" O que vai acontecer com essa lei é que haverá investimento em cultura mas para grandes nomes e grandes espetáculos, porque só assim é que o patrocinador quer aparecer. Ninguém se interessa por espetáculos fora do eixo Rio-São Paulo ou mesmo trabalhos experimentais de dentro e de fora desse eixo. Então, não faz sentido a gente bater na porta de um produtor para pedir financiamento. Ele não vai dar porque não são pessoas inteligentes e eu falo isso sem ironia. Um possível investidor de Brasília não é uma pessoa culta, não é uma pessoa que acredite em investir em cultura para que ela produza alguma coisa de novo.

Campus: E o novo, ou pelo menos o contemporâneo, contribui para o sucesso da peça de vocês que usa um pouco do humor "trocadilho-nonsense" do Planeta Diário tanto nas palavras como nos gestos (o ator fala quatro e gesticula dois), e também recorre a mil citações de filmes.

Ribondi: E, o nosso espetáculo é dedicado ao cinema. Tem diálogos inteiros só com nomes de filmes mas a grande maioria do público não percebe. Então não basta o espetáculo ser inteligente, o público também tem que ser.

Campus: Até agora todo o seu trabalho tem sido voltado para o humor. Você tem planos de algum dia mudar de "ramo"?

Ribondi: Eu sou conhecido como ator cômico mas no momento eu quero partir para outras coisas, eu quero arriscar. Em "Crêpe

Suzette 2" já aparecem ameaças do que eu quero fazer. Naquela hora que a minha mão está triste porque não recebe cartas, eu tento fazer com que o público não ria, com que ele perceba a fragilidade da situação daquela mulher. Enfim, eu chego perto do que eu quero fazer depois: andar dentro da personagem, chegar mais perto da alma dela, fazer trabalhos mais delicados, mais intimistas. Para isso vai ser preciso um embasamento muito maior. Quero ter mais teoria, mais conhecimento do teatro, me informar mais. Vai ser uma grande virada.

Campus: Apesar do seu talento como ator cômico, ninguém vai poder dizer que você é um ator de um personagem só.

Ribondi: Esse tipo de crítica existe, mas eu não sei... As pessoas também falam isso, por exemplo, de Carlitos? Tem atores que fazem a vida toda um personagem e são muito bons. Hoje ser ator cômico para mim já é natural, mas também já esgotou, não estou mais a fim. Eu quero partir para outras coisas como eu já disse. Em Brasília, e no Brasil de uma maneira geral, o teatro é muito feito para fora, muito extrovertido. Difícilmente você vê uma produção brasileira de bom nível introvertida, com uma reflexão sobre o mundo psicológico do personagem. Eu também gosto muito do espetáculo introvertido; quero entrar nesse tipo de direção e também trabalhar como ator em peças assim. Eu sempre disse que Brasília é um campo bom para experimentar mas tenho experimentado muito pouco, quero experimentar muito mais. Tenho um campo enorme pela frente.

ATORES

Ser ou não ser.
Eis a questão

KATIA TURRA
CLAUDIO TOURINHO

Dentro de poucos meses os atores amadores de Brasília poderão se profissionalizar sem precisar fazer um curso superior de artes cênicas. É que o Sindicato dos Artistas e Técnicos de Brasília pretende implantar na cidade um curso profissionalizante a nível de segundo grau.

Segundo Walmir Ferreira Lima, presidente do Sindicato, o Teatro tem que ser inserido nos currículos das escolas da rede oficial, e é exatamente isto que ele pretende com o curso. Para ele, o teatro profissional é uma mercadoria que as pessoas comprem antes de ver, e por isto mesmo tem que ter qualidade. "Os atores amadores não deveriam cobrar ingresso. O exercício da profissão sem registro é ilegal", afirma Walmir.

O projeto do curso já vem sendo desenvolvido com sucesso em outras capitais e será encaminhado ainda este mês à Secretaria de Educação do MEC, podendo ser implantado no início do próximo ano.

PROFISSÃO: ATOR

Como ser considerado um ator profissional?

A profissão de ator foi reconhecida em 1978. Quem atuou antes da regulamentação tornou-se profissional automaticamente. Para quem começou depois, só através do curso superior ou pelo profissionalizante, oferecido em outras cidades, é que se chega ao profissionalismo. Mas existe ainda uma outra alternativa para os amadores. O Sindicato fornece um atestado provisório de capacitação profissional com validade de um ano. Dependendo da atividade artística deste ator durante o ano, ele ganha o atestado definitivo.

O registro profissional ainda causa muitos problemas no sindicato, que há algum tempo atrás queria impedir que o ator uruguaio Hugo Rodas, reconhecido em Brasília pelos vários trabalhos que vem fazendo em teatro, se apresentasse no Teatro Nacional. Segundo Walmir, ele não tinha sua situação de estrangeiro regularizada e não estava registrado no Sindicato.

Em Brasília só existe uma escola de teatro a nível de graduação, que é a Fundação Brasileira de Teatro, dirigida pela atriz Dulcina de Moraes. Na Universidade de Brasília, a área de teatro faz parte do Departamento de Desenho. O curso é de quatro anos, mas só forma alunos em Licenciatura, ou seja, professores de teatro, o que não lhes dá o direito ao registro profissional.

A implantação do curso profissionalizante em Brasília irá beneficiar aqueles que iniciaram a carreira depois da regulamentação e não realizaram um curso superior de Artes Cênicas. Se este ator já tiver o segundo grau, ele só precisará fazer as matérias específicas de Teatro, que podem ser concluídas em dois anos. Se possuir o atestado provisório e o curso começar antes do término da validade deste atestado, o ator terá que cursá-lo. Se a validade terminar antes da implantação do curso, o ator passará por um exame teórico e por uma prova de palco, onde será analisado por uma banca examinadora do Sindicato. Se passar nos exames, terá o atestado definitivo.

Mas, o que a classe artística pensa disto?

Para o professor João Antônio de Lima Esteves, coordenador da área de Artes Cênicas do curso de Educação Artística da UnB, o Sindicato está sendo gerido, por culpa da própria classe artística de Brasília, por um grupo de pessoas que não tem noção da produção artística da cidade. "Não é papel do Sindicato fazer criar escolas de teatro. O papel do Sindicato é defender a classe artística e isto ele não faz", afirma João Antônio.



CESAR MENDES

Os produtores da arte local reclamam. Fernando Guimarães, da Ator e Companhia Produções Artísticas, diz que o empresariado pouco sabe sobre o teatro brasiliense e sobre a Lei Sarney, que concede incentivos fiscais a quem investe em arte

PAULO FORTES

A Lei Sarney até hoje não mostrou o seu efeito. Esta é a triste constatação dos produtores teatrais da cidade. Mais do que isso, as firmas de produção reclamam do pouco interesse das empresas privadas pela arte brasiliense.

Segundo Fernando Guimarães, que integra o trio do "Ator e Companhia Produções Artísticas", as empresas mostram-se temerosas e desinformadas em relação à Lei Sarney. "Deixa a coisa ficar mais definida" é a frase que agora substitui um "não" numa proposta de patrocínio.

Fernando teme que as empresas privadas, mesmo com a Lei Sarney, só se interessam por artistas consagrados, com sucesso de público, e não dêem valor, mais uma vez, aos artistas pouco conhecidos. O Ator e Companhia existe há três anos e já produziu seis espetáculos na cidade. A firma é formada pelo diretor teatral Ricardo Torres, por Fernando e pela atriz Lourdes Ferreira: são artistas produzindo seus espetáculos. A firma existe "por amor à arte". "Até hoje não tivemos lucro, o que sobra de uma produção é guardado para a próxima", diz. O Ator e Companhia produz agora, sem nenhum patrocínio, "Morte sobre a Lama", em cartaz na sala Alberto Nepomuceno. Fernando diz que alguns empresários negaram patrocínio devido à ousadia da montagem.

Outro produtor que reclama do escasso incentivo financeiro à arte brasiliense é Plínio Mosca. Plínio produziu, semestre passado, "O poeta é um fingidor", uma dramatização dos textos de Fernando Pessoa. Este semestre juntou-se a Romário Schettino e Dóborá Dornellas da "Candango" da "Catavento Produções Artísticas", para produzir Crêpe Suzette II, a Missão. Resultado, nenhum patrocínio. Plínio sente-se indignado. "É um absurdo que no Brasil não consigamos sensibilizar o empresariado com abatimento no Imposto de Renda". Pelo que se observa, até este abatimento está desacreditado.

Arcaram com as despesas de Crêpe Suzette o diretor e ator Alexandre Ribondi e os três pro-

dutores. "Vamos ter algum lucro somente no segundo mês de espetáculo", diz Débora Dornellas. As firmas de produção de Crêpe Suzette, ao procurarem os empresários, ouviram frases de descrédito em relação à Lei Sarney, como por exemplo: "A lei não vai ser cumprida" ou "não está sancionada e não vai ser tão cedo". Foram procuradas as principais lojas de departamento da cidade e uma revendedora de pneus.

Plínio Mosca alerta ainda para outros perigos da lei Sarney. Segundo ele, o governo tenta "lavar as mãos" e passar a responsabilidade do financiamento cultural para a iniciativa privada. "Isto é muito perigoso, porque corremos o risco de formarmos uma cultura gerida totalmente pelos donos do capital, nunca que a Shell vai patrocinar uma peça que questione as multinacionais".

Uma exceção em toda essa dificuldade de patrocínio, acontece com o ator, diretor e cantor Marcelo Saback. Ele conseguiu, através da "Free Lancer Produções Artísticas", um patrocínio completo do show "Gigolôs", que foi sucesso de público e crítico no ano passado. No início deste ano, o patrocinador de "Gigolôs", a Microtec Computadores, arcou com as despesas de "Branca de Neve", um musical infantil. Ajudada pela boa produção e divulgação que o financiamento da empresa proporcionou, os espetáculos foi sucesso, batendo recorde de público na sala Martins Penna do Teatro Nacional. Hoje, Marcelo tem junto com a cantora Cássia Eller um contrato de um ano com a Microtec, que lhe dá um salário mensal. Esse contrato dá liberdade total e tem o intuito de ajudar o artista a produzir. Cássia e Marcelo preparam agora um disco mix. E bom lembrar, no entanto, que a empresa de computadores deu o seu patrocínio antes da Lei Sarney. Marcelo não notou diferença nenhuma após a aprovação.

Artistas e produtores locais reclamam um maior esclarecimento a respeito do assunto. Segundo Débora, "o governo tem que mostrar que a lei está aí para funcionar".

**LEI
SARNEY**

Pouco dinheiro para a arte local

FLORIANO LIMA FILHO

No Brasil, os saraus eram comuns na época do Império. Mas, o que é um sarau? Entre dicionários e enciclopédias, descobrimos ser uma reunião festiva, à noite, onde se dança e se executam composições musicais, podendo ser acompanhadas por discursos literários, recitação de poesias etc. Para reavivar o passado, além de enriquecer a vida cultural da cidade, ocupando as asas do Plano Piloto e as cidades satélites, a Fundação Cultural do DF (FCDF) começou a patrocinar estas festas num salão onde os espectadores costumam ficar nos intervalos de uma peça, o "foyer" do Teatro Nacional de Brasília (TNB).

Apesar de não muito divulgado esse evento já acontece desde 1985, todas as quintas-feiras, às 18:30 horas. A ideia foi de Edgar Eichler, assessor de música da FCDF e de Odete Ernest Dias, flautista,

que pretendem implantar a ideia em bancos, supermercados, cidades satélites, o que só vai ser possível com o patrocínio de empresários até o momento, só o TNB tem abrigado essas apresentações artísticas, e, vale dizer, com muito estilo. No espaço do "foyer" há jardins de Burle Marx, um painel de Athos Bulcão e esculturas de Ceschiati, criando um clima muito propício para se expor arte. Um ambiente "entre jardim e fontes, tendo, ao fundo as cores desfocadas dos anúncios luminosos de um "shopping", o que faz com que se integrem, num mesmo local e momento, contemporaneidade e lembrança de épocas passadas", é como os organizadores preferem definir o sarau. Para Edgar, a importância de um espaço assim está numa participação descontraída do público, que neste espírito de informalidade, tem direito até de tomar umas "cervas" no bar que fica aberto durante o espetáculo.

Nos Saraus, apresentar-se

orquestras, conjuntos e solos musicais, grupos de dança, artistas plásticos e quem mais for instrumento da arte, desde que a música esteja presente — a intenção é abranger o maior número de tendências musicais. Qualquer artista que se inscreva para apresentar seu trabalho, terá de ser julgado por uma Comissão composta por um representante da Escola de Música, um do Departamento de Música da UnB e um da Assessoria da FCDF. A única obrigação desta Comissão, além de ser justa, é de escolher, no mínimo, uma música de um autor brasiliense. Este compromisso com Brasília a Fundação faz questão de assumir. Edgar Eichler considera o nível das apresentações muito bom, citando os repentes do cantor Beirão, o espetáculo com "A Clarineta e seus convidados" (combinações musicais com clarinetas) e as participações especiais de músicos alemães e belgas.

A localização do TNB, em tese, facilita a participação de

um público vindo dos Ministérios, do Setor Bancário Norte, do Setor de Autarquias Norte e dos que estão circulando no comércio próximo. Pensando neles é que a Fundação optou por um horário no qual o espectador não precisa voltar para casa antes de ir ao Teatro, e pelo preço do ingresso a Cz\$ 20,00 — barato se compararmos com peças que vem de outros estados e que custam uma média de Cz\$ 100,00. Tem-se observado que espetáculos de jazz ou de rock têm uma

procura muito boa. Porém, os saraus dançantes fazem muito mais sucesso. O primeiro deles, em 14 de agosto, chegou a ter duzentas pessoas e foi conduzido pela "Brasília Popular Orquestra", que tocou de Gleen Miller a "New York, New York", passando por manobas sem esquecer a música popular brasileira. Neste dia, o guarda-roupa do TNB ficou à disposição, para que o público se vestisse como em outras épocas, criando um certo contraste com a arquitetura moderna do lugar.

CESAR MENDES



"A ideia de Edgar Eichler é descontrair o espetáculo"

"Passado e presente estão juntos nos saraus"



Vem, vem, vem, vem, ver o circo de verdade!

JORGE MAYA

"Senhoras e Senhores. O espetáculo vai começar." O espetáculo circense vai começar no próximo dia 12 de outubro (dia da criança) às nove horas da manhã, quando o Gran-Circo-Lar será inaugurado pelo Presidente Sarney. A programação de inauguração vai se estender por todo o dia.

O Gran-Circo-Lar fica localizado no Setor Cultural Sul, perto da Rodoviária, indicado pelo urbanista Lúcio Costa, não só por ser previsto para atividades culturais, como também por estar desocupado.

Por trás de toda uma batalha para concretização do projeto do Circo, está Elaine Ruas, produtora artística e atriz, responsável pela criação, organização e coordenação do projeto.

O nome, segundo Elaine, é um trocadilho com os nomes Gran (é com n mesmo, de Gran-Circo), Circo pelo seu formato e proposta, e Lar, que segundo a produtora, era o que estava faltando aos artistas da cidade. Por fim, o nome resulta numa palavra sonoramente próxima a Grande-Circular uma linha de ônibus que percorre o Plano Piloto nos dois sentidos e que se tornou marca registrada da cidade.

O COMEÇO

"Depois de ter ajudado na fundação do Circo Voador no Rio de Janeiro resolvi em 83 voltar pra Brasília para descansar. Nessa época surgiu a idéia e os amigos começaram a apoiar baseada na experiência que tive, quando trabalhei na produção, divulgação, e projetos de ação social do Circo Voador, o qual

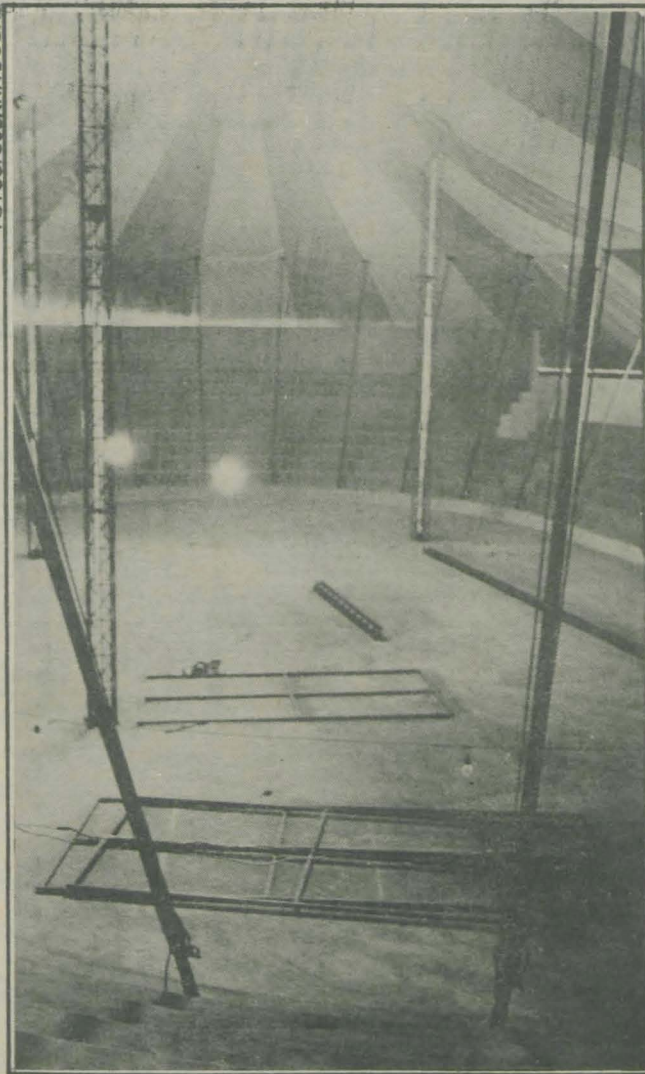
ajudei a fundar." Tentel reunir os produtores artísticos de Brasília, para levar adiante o circo. Até o Parkshopping, quis comprar a idéia, e acabou fazendo o Circus Show. Eu não abri mão de desenvolver um projeto para Brasília. O que o Parkshopping queria era uma proposta comercial. A nossa era uma proposta social."

FUNÇÃO SOCIAL

"O que se pretende é desenvolver projetos de interesse comunitário, e não ter mais um espaço cultural para ser arrendado. A gente quer por exemplo trabalhar com os meninos da rodoviária, quase todo empresário da área artística começa divulgando. Por que não aproveitar essas crianças na criação e distribuição dos cartazes e filipetas ganhando por isso. A necessidade básica dessas crianças é dinheiro," explica Elaine.

O Projeto do Gran-Circo-Lar não fica só nisso. Além de ser um espaço para atividades artísticas em Brasília, vai ser também um centro de formação e amadurecimento profissional. Para isso, o Circo vai ter um núcleo de Produção e Administração; um núcleo de Atividades Complementares; e um Núcleo de Memória e Pesquisa. O Núcleo de Produção e Administração será responsável pelo trabalho administrativo e pela captação de recursos para manutenção básica e incremento das produções desenvolvidas. O Núcleo de Memória e Pesquisa vai se encarregar da procura de uma maior identificação entre as atividades e o contexto sócio cultural, e do registro de todas as atividades desenvolvidas pelo Circo. E, por fim, o Núcleo de Atividades complementares

FOTOS: SUSANA DOBAL



vai proporcionar à comunidade a experimentação artística procurando despertar vocações, incentivar a criatividade e sobretudo, formar plateias e profissionais esclarecidos, herdeiros do patrimônio artístico nacional.

ATIVIDADES

A programação do Gran-Circo-Lar, compreende atividades infantis, que incluem curso de arte, como Marcenaria, construção de brinquedos, teatro, música, dança. E eventos como matins, gincanas, poesia, dramatização e grupos de teatro. Para os adultos, aulas de dança, voz, expressão corporal, dramatização, pintura etc. Paralelamente a essas atividades, haverá concertos, festivais e shows de música, um jornal mensal, galeria de artes, sala de vídeo, e enquanto você participa desses eventos, ou suas crianças onde você vai poder tomar o seu chopinho, e fazer seu lanche ao ar livre.

O circo vai ser também uma abertura para outras atividades, conforme explica Elaine Ruas: "Nosso es-

paço está aberto a todos os interessados, inclusive a projetos desenvolvidos pela Fundação Cultural do Distrito Federal. Um exemplo disso é o primeiro Encontro da Juventude Candanga, a ser realizado nos três dias seguintes à inauguração do circo, que é um projeto desenvolvido em conjunto com a Fundação Cultural".

O projeto do Circo foi realizado pela Novacap, com recursos da Fiat e do Banco Nacional, que forneceram o dinheiro para a compra dos materiais de construção. Palmas para as empresas que estão ajudando a cultura

Senhoras e Senhores, o espetáculo vai começar. E sentados nas arquibancas, de frente para o picadeiro, vamos rezar todos juntos, não só para que ele se multiplique, mas que nunca chegue a terminar.

INAUGURAÇÃO

(Dia 12 de Outubro)

No meio dos
prédios, no
coração da
cidade, um
espaço para
o sonho, a
magia e a felicidade

Centro de Criatividade em reforma

REINALDO FREITAS

O Centro de Criatividade de Brasília, o mais popular e acessível espaço artístico da cidade, está fechado desde julho e deverá passar, entre dezembro e maio próximos, por profundas reformas na sua estrutura física e funcional.

Planejado para ser um centro de criação e divulgação de manifestações artísticas, o centro encontrou esse caminho desde a época que Luis Humberto foi escolhido para a diretoria da Fundação Cultural do Distrito Federal. Até julho deste ano, o local serviu aos mais diversos trabalhos e experiências culturais e educativas. Apesar disso, ele não vai ser poupado da onda reformista que a cada dia acaba com os espaços culturais de Brasília.

Sem recursos e sem diretor, o Centro de Criatividade de Brasília não vai oferecer mais de quatro oficinas este semestre. A partir de dezembro começam as reformas. Que o espaço precisa de reformas urgentes na sua estrutura física, é inegável. Mas partir desse aspecto para se fazer uma alteração física e funcional, é coisa que precisa de debate e participação. O que até o momento não houve.

Segundo Elmar Umberto Techmeier, um dos responsáveis pelo Centro de Criatividade, depois da saída de Alex Chacon o anúncio das reformas foi mal interpretado pela imprensa e distorcido por algumas pessoas que fizeram reuniões no Galpãozinho com o objetivo de resistir às reformas. Essas pessoas, que ele calcula em torno de trinta, chegaram a ameaçar a realização dos eventos dos domingos, patrocinado pelo centro, se a reforma não fosse suspensa. Os eventos não aconteceram por falta de estrutura do próprio Centro de Criatividade, e não por receio das ameaças.

O que houve na verdade, segundo Techmeier, foi que aproveitando a oportunidade de fechamento do centro para as reformas elétricas e hidráulicas, o diretor da Fundação Cultural do Distrito Federal resolveu ampliá-las. Mas isso foi apenas anunciado, e com a reação criada suspendeu-se a reforma até o final do semestre, para não prejudicar a comunidade que vinha utilizando o centro assiduamente. Umberto disse que a reforma teve uma reação maior do que a sua abrangência, e que as alterações previstas estão, ainda, em fase de estudos e que não há nada de definitivo na FCDF. Há um esboço de projeto que está aberto a discussões a qualquer pessoa ou grupos interessados, e que o projeto final deverá ser submetido a um plebiscito.

Por tanto, a reação e o temor de algumas pessoas não tem razão de ser. O que há nesse projeto são coisas absolutamente necessárias, como frisou Elmar. Segundo ele, o Teatro Galpãozinho deve dar lugar a uma praça com o objetivo de humanizar mais aquele espaço, pois os dois teatros-Galpão e Galpãozinho — não podem funcionar simultaneamente por causa de vazamentos sonoros e outros problemas técnicos. As galerias A e B passarão por algumas reformas no sentido de melhorar a sua fachada, alterando-se as entradas e as próprias salas de exposições para atrair mais público e dar-lhes uma melhor característica de galeria de arte.

O responsável declarou que os eventos mais procurados do centro continuarão existindo e tendo o apoio da Fundação Cultural, só que serão realizados a partir de agora num novo espaço, o Gran-Circo-Lar, localizado atrás do Touring Clube do Brasil. Assim vai ser com a Feira de Música, e com os "Melhores Momentos", que antes eram realizados nas terças-feiras. Os jogos de cena ele não pode afirmar que continuará, pois é intenção da FCDF que esses eventos continuem, mas sem a tutela oficial, talvez com patrocínio externo. Disse ainda que as inscrições para a Feira de Música continuam sendo feitas no próprio centro.

As oficinas ministradas pelo Centro de Criatividade deverão sofrer um corte nas suas atividades, pois não há recursos para a sua realização. No tempo de Alex Chacon, essas oficinas eram totalmente subsidiadas pela Fundação Cultural. A partir de agora, elas terão que ser auto-suficientes, o que vai resultar na exclusão de muitas pessoas que desejariam fazê-las.

Umberto Techmeier afirmou que a Fundação Cultural do Distrito Federal sofre de falta de integração, que o seu diretor-executivo, Reynaldo Jardim está perdido na estrutura do órgão. Mas que, com um pouco de esforço e boa vontade, todos poderão levar adiante o projeto da FCDF, que é maior integração com a comunidade e acesso de todos aos espaços existentes.



Aonde você pensa que vai na ponta dos pés?



Vá logo correndo, só está faltando você! Espetáculos de dança são muitas vezes inesquecíveis. Saltos, giros, formas ... e você na platéia prendendo a respiração como se estivesse no palco! É a emoção da dança, para a qual não há palavras. E em Brasília tem muita gente que dedica a vida inteira a esta emoção. Vem ver a dança de Brasília, você vai dar piruetas de emoção! Mas é claro, não precisa exagerar...

arte em
brasil
**Vem
Ver ao
Vivo**

CRAI